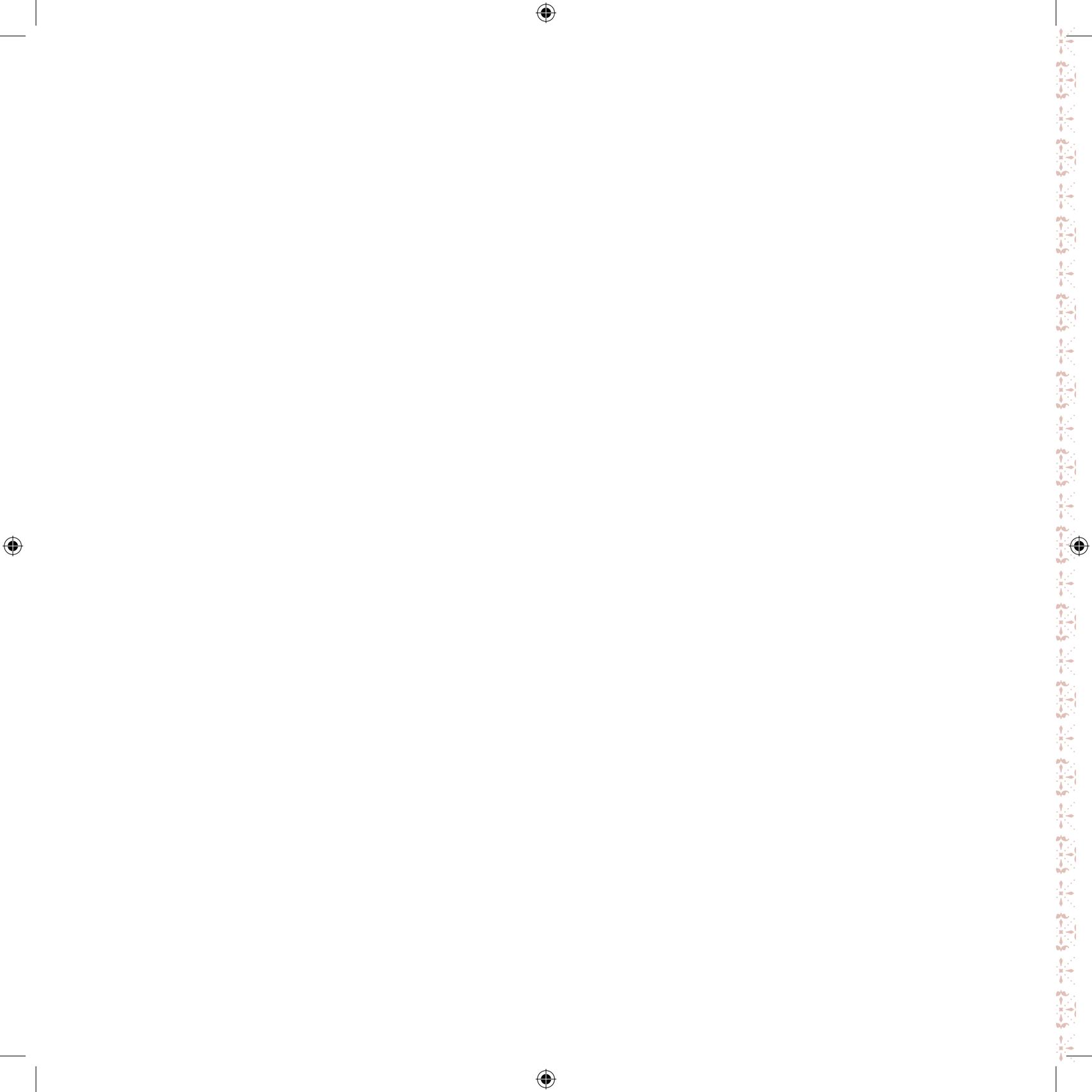




*Nosso Trabalho
Sustenta o Mundo*





Nosso Trabalho Sustenta o Mundo

Carmen Silva
Rivane Arantes
Verônica Ferreira



edições
sos corpo

Recife, 2013

Série Mulheres em movimento

Livro 2: Nosso trabalho sustenta o mundo

Carmen Silva, Rivane Arantes e Verônica Ferreira

Coordenação editorial: Carmen Silva

Revisão: Fabiano Gonçalves

Design gráfico: Matheus Barbosa e Isabela Faria

Bibliotecária: Denise F. Mendes, CRB4-1368

Tiragem: 1.500 exemplares

2ª Reimpressão

Publicado através do projeto “Cirandas Comunitárias para Superação da Pobreza das Mulheres” financiado por União Européia.

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das ideias aqui expostas por todos os meios (conhecidos ou desconhecidos). Para cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar as fontes.

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593, Madalena – CEP: 50.610-000 – Recife PE

Tel: +55 81 3087-2086 – Fax: + 55 81 3445-1905

e-mail: sos@soscorpo.org.br

www.soscorpo.org.br

Apoio:



União Européia



S586n Silva, Carmen.

Nosso trabalho sustenta o mundo. / Carmen Silva;
Rivane Arantes; Verônica Ferreira. – Recife: SOS Corpo, 2012.

92 p. – (Série Mulheres em Movimento; n° 2)

1. Mulheres. 2. Trabalho. 3. Movimento feminista. I. Arantes, Rivane. II. Ferreira, Verônica. III. Título.

CDU – 331-055.2

Índice

- 06 **Feminismo e autonomia das mulheres**
- 1. Um outro mundo do trabalho é possível e necessário**
- 10 *As mulheres trabalham demais e têm direitos de menos*
- 15 *Divisão sexual e divisão racial do trabalho*
- 22 *Mundos do trabalho e trabalhos no mundo*
- 2. Desenvolvimento e políticas públicas**
- 28 *Os sentidos do desenvolvimento*
- 35 *O neocolonialismo do desenvolvimento*
- 39 *Desenvolvimento à brasileira*
- 46 *Direitos e políticas públicas de trabalho*
- 50 *O orçamento público em nossas vidas*
- 53 *Políticas públicas de trabalho no contexto do desenvolvimento*
- 3. Corpo, sujeito e trabalho**
- 62 *Nossos corpos somos nós mesmas*
- 71 *Um jeito feminista de fazer formação*
- 77 *Organizando as lutas feministas*
- 85 *Estética e ação coletiva feminista*
- 90 **Ideias para ajudar a pensar**

⌘ Apresentação ⌘

Feminismo e autonomia das mulheres

Ao longo da vida, nós, mulheres, vivemos várias situações que nos revoltam. Quando crianças, a educação em casa e na escola é diferente para meninos e meninas. Para as meninas, ainda hoje se exige ‘bom comportamento’, o que vai desde sentar de pernas fechadas até ser muito obediente e desde cedo assumir as tarefas domésticas. Quando jovens, temos bem menos liberdade para sair de casa e bem mais aflições com a ideia de um ‘corpo perfeito’ e um rostinho de capa de revista. Como se tudo isso fosse pouco, quando saímos às ruas vemos enormes cartazes com mulheres sendo comparadas à cerveja gelada ou ao automóvel do ano, e os homens na esquina se acham no direito de assoviar ou jogar piada. Em casa, há aqueles que querem mandar nas nossas vidas e, se não obedecemos, apelam para a violência e ainda choram, dizendo que foi por amor.

Apesar de termos lutado pelo direito à educação e hoje sermos maioria nas universidades, nós, mulheres, ainda somos também a maioria entre as pessoas desempregadas ou a cair nas raias do trabalho informal,

sem carteira assinada e sem direitos. Quando conseguimos emprego, é sempre nas piores funções e com os menores salários. Se somos negras, a discriminação é bem maior: desde a infância somos maltratadas na rua e na escola, vistas como inferiores e nossas oportunidades na vida são bem mais reduzidas. Além disso, nós, mulheres, até hoje somos minoria em todos os cargos de poder, nas direções das empresas e no Congresso Nacional, apesar de sermos mais da metade da população.

Nós não queremos ser exploradas no emprego ou na falta dele. Também não aceitamos a obrigação que o mundo nos impõe de sermos as únicas responsáveis por todo o trabalho doméstico em nossas casas. Somos mulheres, não somos coisas! Não estamos no mundo para servir e dar prazer aos outros. Nós temos direito ao prazer, a viver nossa sexualidade plenamente, a ter filhos só se quisermos e quando quisermos. Queremos definir nossa vida sexual, sozinhas ou com quem

nos convém, mas nunca por obrigação. Temos direito a condições de vida dignas, com trabalho, moradia, lazer e assistência à saúde, educação e tudo mais que precisamos para bem viver. Nem o Estado, nem as igrejas, nem os meios de comunicação, nem os homens, que são maioria dos chefes nessas instituições, podem determinar o que é melhor para as mulheres. Cada uma de nós pensa com a sua própria cabeça e pode andar com seus próprios pés.

Somos diferentes dos homens, mas não aceitamos ser tratadas como desiguais. Não aceitamos que os homens tenham mais valor, recebam os melhores salários, tenham menos obrigações, mais tempo livre e ocupem os cargos de poder que definem as coisas na política e na economia, ou seja, tomem as decisões que regem as nossas vidas. Não aceitamos os projetos de desenvolvimento baseados na dominação e exploração total da natureza, que envenenam nossa mesa

e adoecem nossos corpos, destroem as florestas e os rios, inundam áreas que deveriam ser preservadas, expulsam os povos e destroem os seus modos de vida, projetos que contribuem para que os grandes capitalistas se apropriem da biodiversidade e dos conhecimentos ancestrais, muitos dos quais são preservados pelas mulheres.

É por tudo isso que nós, mulheres, nos organizamos no movimento feminista: para mudar o mundo e mudar as nossas vidas.

Nos organizamos para lutar por direitos iguais, por liberdade, autonomia e melhores condições de vida para todas as mulheres. Um movimento social é uma maneira de nos articularmos para agir coletivamente em torno de objetivos que queremos alcançar. Participando no movimento feminista, nós refletimos e construímos juntas explicações para a situação de opressão e exploração em que vivemos. Se entendermos melhor

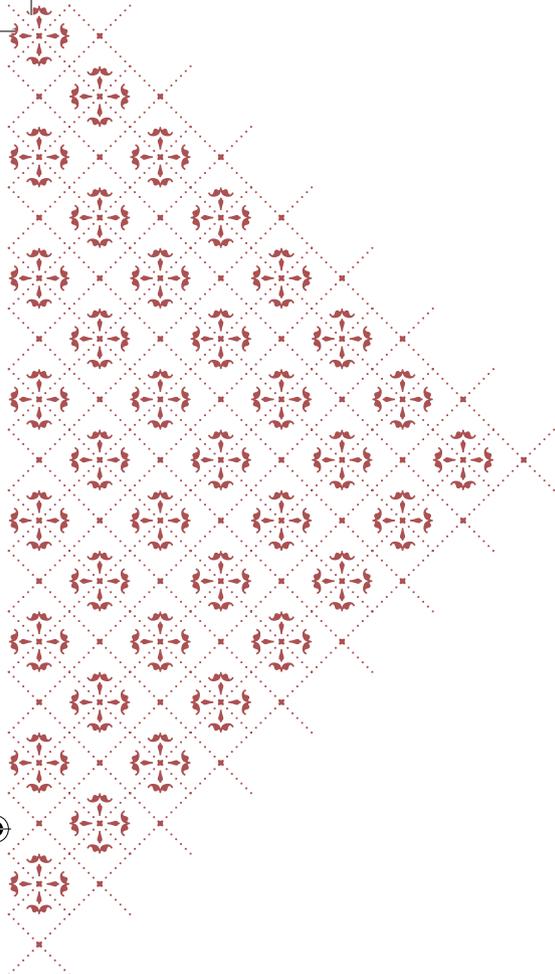
nossa situação e a forma como o mundo se organiza hoje, poderemos avançar em nossas lutas contra o sistema patriarcal, capitalista e racista.

Os movimentos feministas são os espaços nos quais trocamos experiências sobre nossos modos de vida, refletimos e decidimos nossas ações coletivas na busca de nossos direitos frente ao Estado e à sociedade. Nós nos organizamos e ampliamos a nossa mobilização chamando outras mulheres para exigirmos do Estado leis, políticas públicas e recursos orçamentários para que os direitos cheguem até nossa vida cotidiana, não virem letra morta. Também exigimos da sociedade o reconhecimento de que a desigualdade entre os sexos é um problema social. É injustiça com a metade da população, as mulheres, e privilégio para outra metade, os homens. A liberdade e autonomia das mulheres é algo imprescindível em uma sociedade democrática, o que exige a garantia de cidadania para todos e todas.

Nos movimentos de mulheres, temos muitas lutas para garantir nossos direitos no campo do trabalho e para enfrentar o problema da dupla jornada de trabalho. Para que essas lutas tenham força, temos de construí-las desde o local onde vivemos e trabalhamos, até os âmbitos nacional e internacional. Também é necessário aprofundarmos o nosso estudo e reflexão coletiva sobre a situação de trabalho, as políticas públicas de trabalho, a relação entre trabalho e desenvolvimento, e como isso gera inúmeras situações de injustiça social e ambiental.

Como organizamos nossas lutas pelos direitos do trabalho? Como enfrentamos esse modelo de desenvolvimento que está em curso no nosso país? Como fazemos a formação política nos movimentos de mulheres para que possamos compreender tudo isso? Sem que a gente tenha alternativas para responder a estas perguntas, a nossa vida não vai mudar.

No movimento feminista, pensamos que as lutas são formas coletivas de expressarmos posições para o mundo, ou seja, nós avaliamos que uma dada situação é um problema e desenvolvemos ações para transformá-la – isso são as lutas. Nossas lutas podem ser dirigidas para pressão sobre o Estado ou para alterar a cultura predominante na sociedade. Em ambos os casos, são necessárias ações de formação e organização para atingirmos nossos objetivos. Este caderno é um convite à reflexão sobre a situação de trabalho das mulheres e ao engajamento em nossas lutas por direitos.



1. Um outro mundo do trabalho é possível e necessário

As mulheres trabalham demais e têm direitos de menos

Nós, mulheres, trabalhamos muito, desde a infância e por toda a vida. Trabalhamos há muito tempo na história, desde muito antes do capitalismo, mas nosso trabalho foi invisibilizado ao longo do tempo. Para muitas de nós, hoje e em outras gerações não muito distantes, ter um trabalho e, a partir dele, conseguir alguma renda foi e é uma forma de ter mais autonomia, tomar decisões próprias, ir e vir, melhorar a vida, sair da dependência financeira. Foi e é, para muitas, a única alternativa para sobreviver em uma sociedade capitalista, na qual a venda de nossa força de trabalho é a única forma de sustento. Com o nosso trabalho, remunerado e não remunerado, vendido ou gratuito, a gente não apenas se sustenta, ou sustenta a nossa família, mas sustenta o mundo.

O trabalho é uma dimensão fundamental da sociedade e da vida de cada uma de nós. É o trabalho que cria a riqueza do mundo. Com o trabalho, criamos e também nos criamos. Se isso é verdade, então por que, muitas

vezes, mesmo trabalhando muito, continuamos pobres ou dependentes? Por que, se geramos tanta riqueza, são tão poucos os ricos? Por que nem todas nós, mesmo trabalhando por toda a vida, temos os mesmos direitos, com o direito à aposentadoria? Por que nós, mulheres, temos os piores salários? Perguntas como essas indicam que para nós, mulheres, trabalhar é uma vivência paradoxal: ao mesmo tempo que é uma forma de sair da dependência econômica e criar outra possibilidade de existência social, é também uma vivência na maioria das vezes injusta, desigual, precária e muito, muito cansativa.

O que explica esse paradoxo? A forma de organização do trabalho na nossa sociedade, isto é, no sistema capitalista, patriarcal e racista.

O capitalismo cria uma **divisão social do trabalho** entre classes. O patriarcado, entre homens e mulheres,

o que chamamos de divisão sexual do trabalho. O racismo, entre grupos sociais racializados; no caso do Brasil, entre negros e brancos. Em outros países, há também divisões étnicas e geopolíticas (entre nativos e imigrantes etc.). Essas divisões sociais do trabalho – entre classes, sexos e “raças” (grupos racializados) – são dinâmicas e articuladas; muitas vezes convivem em uma mesma situação de trabalho. É o caso do emprego doméstico, em que a divisão social, sexual e racial se mostra de maneira muito evidente, e até mesmo a divisão internacional do trabalho. São mulheres, em geral dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora e negras, que, majoritariamente, realizam esse trabalho no Brasil. Nos países do norte, acrescenta-se a isso a condição de migrantes, o que significa um trabalho importado dos países mais pobres.

No trabalho remunerado, em geral, estamos submetidas à **exploração**

– produzimos muita riqueza, empregamos muito de nossa capacidade e tempo, em troca de um rendimento muito baixo. Muitas não contam nem com a possibilidade de um trabalho com vínculo empregatício: estão no mercado informal, precário, realizando serviços por conta própria para gerar alguma renda para si e suas famílias. Outras, ainda, estão no desemprego. As mulheres negras no Brasil são maioria nessa situação há pelo menos quatro séculos.

No capitalismo, há uma divisão social do trabalho entre as classes: a que produz, classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho para sobreviver, e a classe burguesa, que detém os meios de produção (terras, empresas, fábricas etc.) e que se apropria do trabalho e da riqueza gerada por quem trabalha. Chamamos de **exploração** o modo como essa relação acontece. Nela, o capitalista, dono do capital, toma posse, torna seu, o tempo, a energia, a criatividade do(a)

trabalhador(a) para gerar lucro e acumular riquezas. Nesse sistema, a riqueza produzida socialmente por muitos(as) é apropriada privadamente por poucos(as). No capitalismo, quem mais trabalha empobrece e quem menos trabalha, ou nem trabalha, enriquece cada vez mais. Na primeira situação estão nada menos que 99% da humanidade. É o que chamamos de concentração da renda ou da riqueza.

O capitalismo transformou as pessoas e a natureza em fatores de produção, em recursos – humanos e naturais – que, juntamente com algum capital, utilizam e investem para gerar seus lucros e suas riquezas. Esse modo de produção gerou e continua a gerar injustiça social e ambiental. Ambas, pessoas e natureza, são exploradas para gerar mais lucros e mais acumulação. Essa ainda é a forma predominante de organização do trabalho na nossa sociedade. Homens e mulheres da classe trabalhadora, em sua maioria, estão submetidos(as)

a essa exploração. Hoje em dia, grande parte das pessoas, sobretudo mulheres e população negra, não tem a possibilidade de trabalhar em troca de um salário – estão no desemprego ou fazendo diversos tipos de serviços, trabalhando por conta própria, no trabalho informal. Essa situação não muda o fato de que, para sobreviver e ter alguma renda, só se tem o próprio trabalho. Daí algumas pessoas falarem em classe que vive do trabalho, para dar conta dessas diferentes situações.

Uma face do capitalismo hoje é o **domínio das finanças**, do chamado capital financeiro: bancos, investidores das bolsas de valores como Wall Street, empresas de seguro etc. É o capital que vive dos juros e da especulação de ações e dívidas de Estados, de empresas e de pessoas. Tem grande domínio sobre os Estados nacionais, que devem a esses bancos e necessitam dos seus investimentos. É o dinheiro que se investe

em gerar mais dinheiro, sem produzir. Um dinheiro virtual que circula pelo mundo em tempo real. Vemos o poder desse capital em nossas vidas quando parte da renda das pessoas é consumida pelas dívidas no cartão de crédito, pelos financiamentos e empréstimos bancários etc. A maioria das lojas hoje, por exemplo, não vende apenas os produtos, mas também o crédito, lucrando com finanças, com juros.

Os bancos lucram com altos juros sobre as dívidas dos países e as nossas por meio da promoção do endividamento. Mesmo com menos renda, temos mais crédito para consumir. Isso significa, muitas vezes, muitas dívidas. A ideologia consumista alimenta esse sistema. Essa ideologia vende a ideia de que tudo pode ser comprado e torna esse o ideal de vida e de felicidade. Nessa ideologia, o trabalho é visto como meio de vida ou como fonte de renda para o consumo, e não como a própria vida.

Para refletir e debater

1. De onde vem o enorme cansaço que sentimos no dia a dia? Para onde vai todo o tempo e a criatividade que usamos para trabalhar?
2. Como o sistema capitalista se organiza e se sustenta ao longo dos anos?
3. Entre as pessoas que conhecemos de perto, quem está trabalhando empregado e quem está trabalhando, mas não tem emprego?

Divisão sexual e divisão racial do trabalho

Nós, mulheres, somos duplamente exploradas por vivermos no sistema capitalista e no sistema patriarcal. No sistema patriarcal, em que os homens têm mais poder do que nós e têm poder sobre nós, também predomina outra divisão social do trabalho, que é a divisão sexual do trabalho. Ela é um dos mecanismos que sustentam a opressão e a exploração dos homens sobre nós, mulheres. O sistema capitalista se apropria dessa divisão para explorar mais as mulheres no trabalho remunerado e se apropriar do trabalho doméstico gratuito que é realizado por nós.

A divisão sexual do trabalho se mantém por dois princípios. Primeiro, o **princípio da separação**: há trabalhos de homem e trabalhos de mulher. Na nossa sociedade, o trabalho de mulheres é separado (dividido) do trabalho dos homens, ou seja, predomina entre nós uma ideia que um tipo de trabalho deve ser feito pelos homens e outro tipo deve ser feito pelas mulheres. E o das mulheres é sempre associado à reprodução, a lidar com crianças e com a manutenção dos cuidados necessários à vida de outras pessoas. Mas

é pior que isso: o trabalho dos homens é bem mais valorizado que o das mulheres. Esse é o segundo princípio da divisão sexual do trabalho – o **princípio da hierarquia**: trabalho de homem sempre vale mais do que de mulher.

O princípio da separação fica bem evidente quando analisamos o mercado de trabalho brasileiro. Na indústria, construção, comércio, nos serviços prestados a empresas e no setor de serviços, a maioria dos profissionais é masculina; já as mulheres são maioria apenas na administração pública e a quase totalidade nos serviços domésticos. Como se vê, os campos de maior participação das mulheres são ainda aqueles mais vinculados com a reprodução social – basta lembrar do peso da educação e da saúde na oferta de emprego na administração pública.

Sejamos muitas ou poucas, uma coisa é certa: nosso trabalho vale menos.

E vale menos ainda quando somos a maioria em uma ocupação, isto é, uma categoria formada majoritariamente por mulheres sempre tem salários mais baixos. É o caso do trabalho doméstico remunerado, da enfermagem, do serviço social e da educação infantil, dentre outras ocupações. A presença de homens em determinados campos agrega valor (os cozinheiros, por exemplo) e a presença das mulheres, retira. O desvalor do trabalho explica a permanência da desigualdade salarial entre homens e mulheres e a situação de pobreza das mulheres, mesmo quando exercem uma atividade remunerada. Explica também porque o trabalho doméstico não é reconhecido em seu valor social e econômico.

Outra separação feita pela divisão sexual do trabalho é a do trabalho doméstico – afazeres domésticos, cuidados com saúde, educação e bem-estar de crianças, idosos e adultos

– como obrigação das mulheres. Essas tarefas são fundamentais para garantir a reprodução da força de trabalho e do próprio cotidiano, sem a qual as atividades de produção não poderiam se viabilizar. Esse trabalho, nem sempre reconhecido como tal, é ainda majoritariamente realizado pelas mulheres, uma realidade que pouco se alterou. Ele gera sobrecarga e rouba tempo e energia das mulheres, limita as possibilidades de autonomia econômica e, para muitas, ainda, leva ao confinamento doméstico. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres ocupadas (empregadas ou que trabalham fora de casa) trabalham uma média de 20 horas semanais com atividades domésticas, enquanto os homens na mesma situação, apenas 9 horas. Não entram nessa conta as jornadas das trabalhadoras domésticas. As tarefas realizadas pelos homens não são as mesmas efetuadas pelas

mulheres, as inadiáveis são sempre responsabilidade nossa.

A permanência desse trabalho nas costas de nós, mulheres, gera, para aquelas que têm um trabalho remunerado, a chamada dupla jornada: com o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado. A dupla jornada de trabalho é bem visível quando o trabalho remunerado é feito fora de casa. Quando a casa é também o espaço do trabalho remunerado, como no caso das camponesas e das trabalhadoras em domicílio, as duas jornadas de trabalho são como que uma jornada contínua: ao acontecerem no mesmo espaço, são feitas ao mesmo tempo. Fica até difícil, às vezes, precisar uma e outra. Mesmo que as fronteiras variem, a dupla jornada é uma experiência para todas as mulheres que trabalham para gerar renda, pois o **trabalho doméstico** permanece como uma atribuição prioritária delas.

Enfrentar a dupla jornada de trabalho é uma experiência das mulheres trabalhadoras. São raros os homens que vivem individualmente essa situação. Só nós, mulheres, enfrentamos coletivamente o problema, independente do nosso lugar no mercado de trabalho. Mas variam as formas de enfrentar a situação de acordo com a situação socioeconômica. No Brasil, a solução para essa questão é predominantemente familiar, pois o Estado ainda oferece poucos serviços públicos, como creches, pré-escolas e outros equipamentos sociais. Nesse contexto, as mulheres das classes média e alta transferem o trabalho doméstico para outras mulheres: as trabalhadoras domésticas. Estas, por sua vez, assim como as demais mulheres dos setores mais pauperizados, têm de recorrer a uma rede de ajuda que envolve outras mulheres, na família ou na vizinhança.

É uma responsabilidade que continua a pesar sobre nós, pela qual somos cobradas e também nos cobramos. Mas por que nos cobramos? Por que sentimos culpa quando adiamos uma atividade doméstica ou deixamos filhos(as) para ir trabalhar? Por que, mesmo quando temos consciência da opressão e da injustiça nessa divisão do trabalho, continuamos a nos sobrecarregar com ele? Por que não nos revoltamos contra isso?

Entra aqui a questão da dominação e da opressão: somos socializadas desde pequenas e em vários espaços da vida (família, escola) para cuidar dos outros em detrimento de nós mesmas. Aprendemos a brincar de casinha e cuidar de bonecas, enquanto os meninos vão para a rua jogar bola. Relacionamos trabalho doméstico com expressão de afetividade, de amor e também como fonte de satisfação para nós mesmas. É a opressão das relações sociais, que se reproduz dentro da gente e, por nós, se mantém. Algumas autoras chamam

essa expressão da dominação de servidão doméstica: a realização consentida do trabalho doméstico por afeto e amor. O enfrentamento dessa situação exige além de um conflito com outros, uma luta conosco mesmas e com um modelo de mulher como um “ser para os outros”. A transformação da divisão sexual do trabalho exige uma transformação das condições objetivas, mas também da subjetividade de nós, mulheres: nossas formas de pensar, sentir e agir.

A dupla jornada das mulheres nos gera um problema ético: questiona nossos valores e nossas perspectivas de vida em comum. Para nós, mulheres, o cuidado, que devia ser um prazer, uma vivência enriquecedora, se torna um fardo: porque também estamos sendo exploradas, nosso tempo, nossa energia, e os homens não compartilham. O problema não está em cuidar, a questão está em que só metade da humanidade é responsabilizada por esse cuidado. Enquanto metade da humanidade cuidar

da humanidade inteira, será assim. Teremos uma vida mais ética quando o cuidado for partilhado, igualitariamente, entre as duas metades da humanidade, homens e mulheres, no cuidado consigo mesmos e com a vida em comum.

O **racismo** também estrutura desigualdades profundas no mundo do trabalho. Essa desigualdade é constituinte da própria formação econômica e social do país, desde o período colonial, quando o território invadido pelos portugueses tornou-se uma colônia de exploração. Um dos braços econômicos da exploração colonial foi o tráfico da população negra que, por meio do sequestro, foi trazida, vendida e escravizada aqui. Negros e negras constituíram, por mais de quatro séculos, a classe trabalhadora brasileira e ainda são maioria nela. Ainda assim, a desigualdade racial permaneceu por muito tempo invisível nas teorias sobre o mercado de trabalho. Após o

fim da escravidão, a população negra permaneceu sem acesso à terra e ao mercado de trabalho “livre”.

O desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil fez-se alijando a população negra e absorvendo a população branca de imigrantes europeus. O mercado de trabalho assalariado nasceu e continua até hoje de difícil acesso para a população negra.

Por isso, a informalidade é a principal ocupação de mulheres negras desde o período colonial até hoje. As mulheres negras ainda ocupam os postos de trabalho mais precários, com mais baixos rendimentos, sem proteção social e marcados por profundo desvalor. Essa situação faz das mulheres negras as mais pobres e com menos direitos assegurados. Suas possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho são mais limitadas pelo peso das trajetórias de vida e da discriminação racial.

É forte a discriminação sobre as mulheres negras no mercado de trabalho: são excluídas dos postos nos quais se exige “boa aparência”, o que significa em geral ser “branca”, ou mesmo por seu local de moradia; não têm sua qualificação e competências reconhecidas, o que limita as possibilidades de promoção e de melhor remuneração.

Por isto, usamos o conceito de **divisão racial do trabalho** para explicar como o trabalho é dividido entre brancos(as) e negros(as) até hoje. O trabalho mais precário, insalubre e penoso, com menores rendimentos e desprotegidos socialmente, ou seja, sem direitos, assim como o desemprego, são as condições enfrentadas pela população negra. A superexploração e o desvalor do trabalho da população negra são mecanismos por meio dos quais o racismo se expressa e a desigualdade racial se reproduz.

Para refletir e debater

1. Como é sua vida de trabalho? Tem dupla jornada? Como é feita a divisão de tarefas em casa? Como funciona o cuidado com as crianças pequenas na sua casa? Quem compartilha essa tarefa?
2. No bairro em que você mora há serviços públicos que possam ser utilizados para diminuir a sobrecarga das mulheres com o trabalho doméstico? Como funcionam?
3. Entre as mulheres que conhecemos, nós vemos diferenças entre a situação de trabalho das mulheres brancas e negras? Entendemos isso como uma situação de desigualdade e injustiça?

Mundos do trabalho e trabalhos no mundo

O trabalho também possui uma divisão internacional, isto é, está dividido entre países, especialmente entre os chamados países do norte e do sul, ou países ricos e países pobres. Essa divisão, na sua forma capitalista, teve início há cerca de cinco séculos, na forma de relação entre metrópoles e colônias. Ocorreu quando o capitalismo passou a se expandir pelos mares. As colônias, como era o caso do Brasil, forneciam grande quantidade de matérias-primas, sobretudo riquezas naturais, para as metrópoles. E consumiam delas produtos industrializados e mais caros. Esse é o modelo de exportação de produtos primários e importação de produtos secundários ou derivados.

Esse **padrão de relação colonial**, marcado pela exploração das colônias pelas metrópoles, pela usurpação e pela violência, se mantém até hoje. Mudou de forma no decorrer do tempo, mas sua essência ainda não se alterou: mantém-se um padrão de exploração econômica e dominação política dos países mais ricos sobre os mais pobres. Os territórios das populações tradicionais continuam a ser roubados

e a natureza, destruída. A globalização da economia atualizou esse padrão, com a emergência de novas forças econômicas e políticas, que são as poderosas transnacionais e o capital financeiro (bancos, investidores etc.). A resistência dos países do sul começa a se organizar com vistas a mudar esse padrão e construir relações com maior soberania para as nações do sul do mundo.

Hoje, o Brasil é a sexta economia do mundo e ocupa outro patamar na geopolítica mundial. O mundo tornou-se multipolar com a emergência de outros países, como China, Rússia, Índia e Brasil. Mesmo assim, na divisão internacional do trabalho, ainda somos uma economia exportadora de commodities, isto é, mercadorias brutas, não industrializadas, como petróleo, minérios, soja e créditos de carbono.

Com a deterioração dos estados de bem-estar social na Europa, o trabalho

doméstico e de cuidados também passou a ser uma demanda desses países e move hoje uma grande migração de mão de obra feminina dos países mais pobres. O **tráfico de pessoas** também é parte histórica dessa relação colonial. Do século XVI e até o século XIX, manteve-se o tráfico de pessoas negras da África para diversos continentes, sobretudo americano, para exploração de seu trabalho escravizado. Nos dias de hoje, continua o tráfico de pessoas, especialmente mulheres, para exploração nas redes de trabalho escravo e de exploração sexual. A divisão internacional do trabalho é, portanto, também marcada por uma divisão sexual e racial do trabalho.

O mundo do trabalho remunerado vem mudando para as mulheres, ou melhor, pela ação das mulheres. Espaços até há pouco tempo majoritariamente masculinos hoje contam com nossa presença. Há pouco tempo, não tínhamos direito à

educação e hoje temos maior escolaridade em relação aos homens. Mas as desigualdades geradas pela divisão sexual do trabalho permanecem. Mesmo com maior escolaridade, nossos rendimentos são menores que os dos homens. Nós, mulheres, somos a maioria nos postos com mais baixos rendimentos. Mais da metade das mulheres ocupadas tem renda igual ou inferior a um salário mínimo!

A segregação ocupacional também se mantém, isto é, barreiras e resistências à participação das mulheres em determinados campos de atividades e dificuldades para atravessar essas fronteiras. Quando estão lá, as mulheres vivenciam barreiras objetivas, como falta de equipamentos e estruturas adequadas ao nosso corpo, e também barreiras simbólicas, que geram discriminação e opressão – o sentimento permanente de ser alguém “fora do lugar”. Por exemplo, uma mulher empregada na construção civil.

Somos nós, mulheres, a maioria das pessoas ocupadas no trabalho informal e mais precário. Mais da metade das mulheres ocupadas está no mercado informal, submetida à superexploração, aos baixos rendimentos e à desproteção social. Por tudo isso, a superexploração do trabalho é uma realidade para a maioria das mulheres, especialmente as mais pauperizadas e as negras.

Estamos em situação de **desproteção social** porque hoje, no Brasil, a previdência social só é um direito para quem contribui para o INSS. Como nós, mulheres, somos maioria no desemprego, na informalidade, com menores rendimentos ou mesmo trabalhando sem remuneração, temos mais dificuldades para contribuir e ficamos desprotegidas socialmente, ou seja, sem ter nossos direitos assegurados.

A maioria de nós, mulheres, se aposenta por idade e não por tempo

de contribuição! Estar desprotegida socialmente significa que, se tivermos filhos, não teremos direito à licença-maternidade; se adoecermos, não teremos direito a um auxílio-doença; ao envelhecermos, não teremos direito à aposentadoria. Essa é uma situação muito desigual e injusta, afinal nós trabalhamos demais e temos direitos de menos!

As relações de exploração do trabalho no capitalismo patriarcal e racista explicam o paradoxo que apontamos no início deste capítulo. O trabalho remunerado nos dá mais autonomia sobre nossas vidas, gera sentimentos de satisfação, mas também insatisfação e sensação de injustiça e cansaço. Por isso, lutamos para ter trabalho remunerado, mas também para trabalhar em condições justas, com direitos, e, mais além, por outra forma de organização do trabalho, livre da exploração.

Lutamos pelo trabalho que reproduz

nossos modos de vida, em nossos territórios: nos manguezais, nos rios, nos mares, no campo, nas florestas. Lutamos por meios de produção para que possamos trabalhar e gerar nossa renda de maneira autogestionada, coletiva e solidária, como na agricultura camponesa e familiar, e nas experiências de economia solidária.

Lutamos por políticas públicas que regulem as relações de trabalho, enfrentem a superexploração, assegurem direitos e proteção social a todo trabalho que realizamos. E que também promovam a redistribuição da riqueza socialmente produzida, por meio da efetivação de direitos e de serviços públicos universais. Lutamos contra esse modelo de desenvolvimento do capitalismo que aprofunda a exploração do trabalho e da natureza com o patrocínio do Estado.

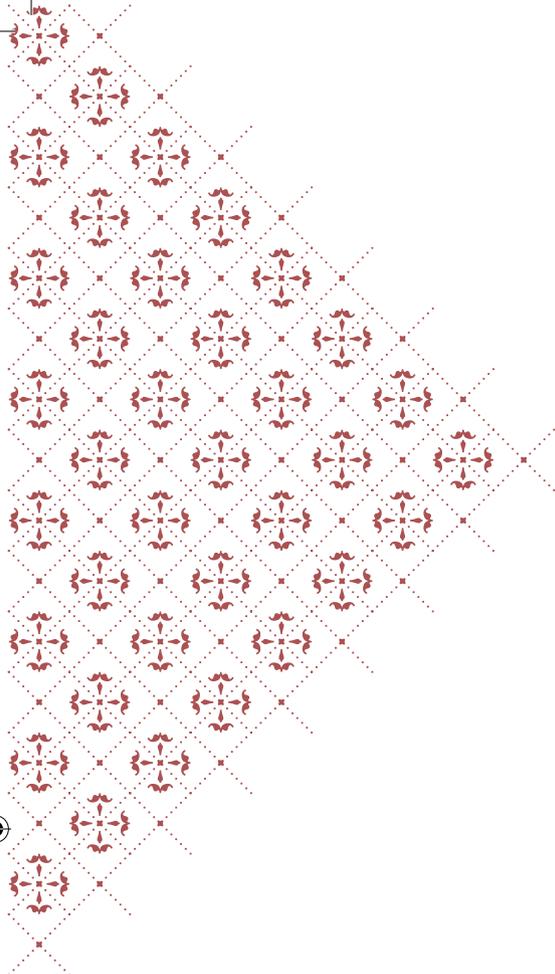
Também temos nossas lutas em relação

ao trabalho não remunerado. Cuidamos da nossa família e de nossas casas, mas, como a divisão é desigual, isso gera sobrecarga e injustiça, rouba nossas forças e nosso tempo. Por isso, lutamos para que esse trabalho, tão fundamental, seja partilhado no interior das famílias, pelas empresas que contratam a nossa força de trabalho e pelo próprio Estado, por meio das políticas públicas que enfrentem a dupla jornada de trabalho, como creches, pré-escolas, restaurantes populares, lavanderias coletivas etc.

E lutamos para que o cuidado seja vivenciado por cada um e cada uma de nós como algo necessário e constituinte do ser humano, como um princípio ético da vida em coletividade.

Para refletir e debater

1. Quantas mulheres da sua cidade têm empregos com carteira assinada? Quantas trabalham de maneira informal, sem direitos trabalhistas, mas estão submetidas a um(a) empregador(a)? Quantas trabalham por conta própria, fazendo um bico, vendendo alguma coisa?
2. Como é a situação das mulheres em relação à previdência social? Como pensamos que será a vida das mulheres nessa situação quando chegar o momento da aposentadoria?
3. O grupo ou movimento que você participa está engajado em alguma luta feminista que diga respeito ao trabalho das mulheres? Como fortalecer essa luta?



2. Desenvolvimento e políticas públicas

Os sentidos do desenvolvimento

A ideia de desenvolvimento atravessa a humanidade, mas sua realidade como ação política e econômica sobre as pessoas e a natureza nasce com a chamada revolução industrial na Europa e sua sede de modernização. Foi ali onde a passagem das sociedades agrárias e sua economia de subsistência às sociedades industriais e sua economia de mercado enraizaram desigualdades que transformariam de maneira quase definitiva a existência de pessoas, povos e territórios.

Estamos falando do desenvolvimento como elemento realizador do capitalismo. Portanto, como desenvolvimento das forças produtivas desse sistema, que vem organizando a sociedade separando trabalhadores(as) e donos dos meios de produção, criando pessoas ricas e pobres, e classificando povos e regiões inteiras como modernos e atrasados, desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Não queremos negar com isso que antes do capitalismo e suas “ideias salvadoras” de desenvolvimento existiam

processos de exploração, injustiça e privilégio de pessoas e povos em prejuízo de outros. Lembremo-nos do que significou a escravidão. Mas estando certas de que nosso tempo também é produto e produtor de outros sistemas de desigualdades, como o racismo e o patriarcado, arriscamos uma problematização sobre o desenvolvimento do capitalismo, que, no Brasil, toma corpo por meio de inúmeras desigualdades, notadamente as raciais e de gênero.

Então nossa trilha se orientará pela situação de nós, mulheres, num exercício de contra-hegemonia, na expectativa de que possa contribuir para uma crítica e um enfrentamento ao capitalismo que extrapole a teoria e se engaje nas nossas vidas reais, pois temos suportado de maneira diferente os impactos de suas várias crises, mas queremos ser, antes de tudo, sujeitos da urgente transformação.

Muitos têm sido os usos e os **significados para o que chamamos desenvolvimento**. Em nosso imaginário de sociedade “não desenvolvida”, pelo menos não completamente, numa visão econômica e ocidental, palavras como progresso, modernização, crescimento, industrialização e urbanização assumem em vários contextos o mesmo sentido de desenvolvimento.

O que elas têm em comum é a ideia do novo, da aceleração, do que cresce continuamente para a frente sob a mediação da economia. É onde o desenvolvimento se confunde com acumulação de bens, serviços e riquezas. É a ideia do quanto mais, melhor, numa visão de cidadania calculada pela quantidade de bens que somos capazes de adquirir e de serviços que somos capazes de consumir. É quando o ser só existe pelo ter, tornando o consumo, e não mais os direitos (e desejos), a via de inclusão na cidadania.

Já perceberam que somos localizados(as) nos processos de desenvolvimento segundo nossa condição de classe, gênero e raça? E que os institutos de pesquisa tradicionais nos classificam como classes A, B ou E conforme a quantidade de eletrodomésticos, televisores, cômodos, banheiros, telefones, TV a cabo etc., ou que consumimos em nossas casas?

Já se perguntaram por que o produto interno bruto (PIB), aquele que mede a riqueza de um país, se resume a soma de todos os bens e serviços produzidos pela economia num período de tempo, desconsiderando nesse cálculo as atividades de cuidado que possibilitam a existência das pessoas e a execução de todos os outros trabalhos, não por acaso realizado por nós, mulheres?

Pois é, ouvimos dizer que **só é desenvolvido um país que cresce** aceleradamente, um país cuja produção

é industrializada, num projeto no qual a tecnologia se coloca totalmente a serviço desse objetivo – favorecer a produção em larga escala para garantir a felicidade de todos(as).

Então produzimos de tudo, de botão, máquina de lavar e automóveis a sementes transgênicas, plantas e até fragmentos de corpos artificiais pela ciência dos silicones e hormônios. Estas, se são muito bem-vindas, no caso de uso para efeito reparador, são no mínimo questionáveis quando usadas para manter um determinado modelo de beleza para que certas pessoas sejam incluídas. E nem nos damos conta de que o que produzimos mesmo são necessidades irreais, criadas fora de nós, artificialmente. São desejos, muitos desejos, que não serão nunca satisfeitos, porque o sentido de produzir é o consumo, e este exige ser reavivado a cada ação de

produção para manter o alto padrão de acumulação material que o justifica.

Só que a grande produção apenas se transforma em "veículo de felicidade" se chegar e sair das prateleiras dos supermercados, se tiver "gentes" que apertem o botão da máquina de produzir e, acima de tudo, se tiver "gentes" que a consuma.

Como fazer isso numa das regiões mais pobres e desiguais do mundo, como a América Latina?

Ora, **criando o desejo nas pessoas** e nos países pobres de usufruir do mesmo padrão de vida dos ricos dos países desenvolvidos. E aí, se para verem atendidas as necessidades e serem felizes, as pessoas e países têm de se transformar em meros consumidores, se cria esse desejo aumentando o poder de compra, concedendo crédito, abrindo algumas frentes de trabalho, tirando os

países e as pessoas da miséria... Mas só um pouquinho, na exata medida em que possam obter apenas o suficiente para comprar o máximo com o mínimo.

Para diminuir sua perversidade e encontrar algum sentido de humanidade, muitos foram os adjetivos dados ao desenvolvimento – sustentável, humano, local, alternativo, endógeno, etnodesenvolvimento, ecodesenvolvimento etc. A intenção era boa – engajá-lo às vidas concretas das pessoas reais e aos ciclos naturais, e não apenas à vontade de crescimento econômico –, mas não passou de mera ilusão.

Ocorre que o modelo de desenvolvimento é o mesmo em qualquer época. Visa sempre acumular riqueza para poucos... Pois ele, o desenvolvimento, é profundamente elitista, se exerce privando aqueles(as) que são pobres

para beneficiar somente aqueles(as) que já são ricos(as).

Por isso, a lógica do atual estágio do desenvolvimento não é diferente. Ao contrário, é refinada, combina alta produtividade à financeirização, num cálculo matemático complexo: a felicidade pode ser comprada; logo, quanto mais se consome, mais mercadorias precisam ser produzidas. E quanto mais produção, "mais" postos de trabalho são exigidos, mais necessidades são criadas, mais moeda circula.

No fim, "todos(as) ficam felizes" porque "todos(as) são incluídos(as)", ainda que na condição de assalariados(as)-consumidores(as). E o mercado? Fica "animado", porque mais exigência de consumo é criada. É a fantasia do quanto mais, melhor... E muitas e muitos de nós nem se dão conta da insensatez dessa lógica e dos custos altíssimos que nós, a natureza e até as gerações futuras, antes

mesmo de existirem, já estão pagando em razão dessa opção... É quando o mais é demais.

Isso só demonstra a impossibilidade de o desenvolvimento (seja lá qual palavra adotemos) funcionar de outro jeito que não o da acumulação de bens, serviços e riquezas. Pois "des-envolver" é como um descomprometer-se com os nossos interesses, com aquilo que verdadeiramente importa para nós, e é da essência do capitalismo. Sua realização só é possível nesse modelo, em que **a humanidade e a natureza estão definitivamente descartadas** ou, na melhor das hipóteses, apropriadas como coisa, como parte do que vai ser comercializado.

E nisso tudo, nós, mulheres, só interessamos porque garantimos as condições materiais e subjetivas da reprodução da força de trabalho, com a realização quase que exclusiva por nós

das tarefas domésticas e de cuidados; porque, no interior de nossas famílias ou nas nossas redes de solidariedade (amigas, vizinhas, parentes etc.), substituímos forçadamente o Estado pela ausência de políticas públicas que enfrentem a dupla jornada de trabalho; porque nos territórios dos grandes empreendimentos não passamos de um corpo exótico, que embeleza a paisagem, que presta serviços domésticos e sexuais, pois a promessa de trabalho formal para todos(as) nesses projetos não se realiza – no caso de nós, mulheres, mesmo cumprindo as exigências de qualificação.

Por isso, vislumbrar outro desenvolvimento não é substituí-lo por outro modelo. Não é adjetivá-lo. É criar outra coisa. É desejar outro projeto de sociedade cuja centralidade seja o envolvimento com toda a humanidade e a natureza, na lógica da sabedoria tradicional do quanto menos, melhor.

Para refletir e debater:

1. Existem muitas pessoas pobres no mundo e elas trabalham muito. Você acha que eles(as) são pobres porque querem? De quem é a responsabilidade pelo empobrecimento?
2. Ouvimos dizer que precisamos nos desenvolver para melhorar nossa vida. O Brasil já é uma das maiores economias do mundo. Essa situação melhorou a nossa vida? E das pessoas negras? E das que estão em situação de pobreza?
3. Como está a situação das mulheres que moram nas áreas atingidas pelos grandes empreendimentos de desenvolvimento? Como elas foram incluídas no mercado de trabalho?

O neocolonialismo do desenvolvimento

Quando imaginamos América Latina, África e Ásia, imediatamente pensamos: pobreza, povos que vivem da tradição da agricultura, economias frágeis porque não acumularam o suficiente para disputar o mesmo padrão de consumo que a América do Norte (EUA) ou Europa. Logo, povos atrasados, não desenvolvidos ou, melhor, subdesenvolvidos.

A ideia de que o progresso (ou o desenvolvimento) só chegou quando a Coca-Cola e o McDonald's ou, mais recentemente, o iPod e o tablet se instalaram nas cidades não é uma ideia à toa ou individual. É uma imposição ocidental e construída. Ela serviu e serve tanto para distinguir os projetos de mundo do norte e do sul, como, e principalmente, para desqualificar os modos de produção e reprodução de vida do sul global, para melhor incutir o jeito de viver dos povos do norte. Ou seja, para melhor dominar os povos do sul. Vejam que essa foi e é uma estratégia bem sucedida, afinal, há mais status na cidadania norte-americana ou europeia do que na africana ou latino-americana.

O que a história presente e ocidental não conta é que o modo simples, diverso e não predador com que esses povos ocuparam os seus territórios, com que lidaram com a natureza e mesmo com as pessoas – e aqui estamos falando de vida comunitária –, foram os responsáveis por manter o que resta de íntegro e rico na natureza e na relação entre eles.

O que a história não revela – assumindo aqui o lugar dos povos que foram outrora colonizados – é que nossa tecnologia foi rejeitada, nosso saber desqualificado, nossos modos de ser e viver alterados, nossos corpos, manipulados, nossa força de trabalho, explorada, nossas riquezas, apropriadas privadamente, e nós, mulheres, submetidas, como parte dos bens que ficam sob o poder do dominador. Isso porque fomos convencidos(as) violentamente de nosso atraso frente aos processos tecnológicos

e industriais. Afinal, a indústria foi a promessa de desenvolvimento, o tempo de redenção.

E, sem percebermos, num instante fomos submetidos(as) pela exploração; noutra, seduzidos(as) pelo consumo, "des-envolvidos" de nós mesmos(as), de nossa identidade, num misto de coação/sedução que nos transformou em outro, diferente de nós mesmos(as).

Para os povos "modernos", os do chamado terceiro mundo, ("os subdesenvolvidos"), saíram da pobreza e do atraso realizando a revolução industrial, abrindo os mercados, explorando o potencial natural, mas também vestindo calças lee, consumindo coca-cola e mudando seus cabelos...

E foi assim que nós, os povos do sul, vimos nossas formas de produção do viver, antes baseada nos processos de subsistência tradicional para

autoconsumo, serem arrancadas de nós (porque eram atrasadas e não davam lucro), sem que outra coisa fosse colocada no lugar, pois a industrialização como proposta para enfrentar o atraso ocorreu, mas não fez de nós povos autodeterminados. Ao contrário, nos des-envolveu daquilo que nos interessava, daquilo que éramos.

O processo de pilhagem de nossas riquezas, deterioração de nossas identidades e opressão de nossos corpos e pensamentos foi mantido sob o pretexto da modernidade. E sob o mesmo pretexto, políticas de ajustes fiscais nos foram impostas pelos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial etc.), desejosos por nosso des-envolvimento. Na verdade, uma proposta extremamente controladora da economia e cultura, e aprisionadora da política, pois impediu todas as reformas radicais necessárias aos países chamados subdesenvolvidos.

Isso só nos diz que o des-envolvimento, com toda sua representação de modernização e industrialização, não passa de um **projeto neocolonial**, ou seja, uma nova forma de colonização dos países do norte sobre os do sul, porque domina não apenas do ponto de vista material, ocultando-se nas estruturas jurídicas e na burocracia, mas domina também a subjetividade, se instalando como modo de ser, ver, preferir e lidar com o mundo.

Para refletir e debater:

1. No nosso mundo há uma tensão entre o moderno e o atrasado. Por que rejeitamos tanto as formas antigas de fazer as coisas? Por que costumamos valorizar mais aquilo que vem de fora?
2. O avanço tecnológico é muito veloz: a cada seis meses, modelos avançados de um mesmo produto já estão nas prateleiras dos supermercados. Já se perguntaram por que adquirimos tantos celulares, bolsas, sapatos etc.? Para onde vão esses produtos usados quando adquirimos o modelo mais novo? O que isso tem provocado no meio ambiente?
3. O que a televisão e a propaganda têm a ver com o sucesso do mercado? Como é que nós, mulheres, somos apresentadas pela TV?

Desenvolvimento à brasileira

O modelo de desenvolvimento é um só: o da concentração privada das riquezas produzidas coletivamente. Isso significa que o outro lado da moeda é o espalhamento da pobreza, pois a riqueza de uns(mas) poucos(as) só é possível à custa da pobreza de muitos(as) outros(as). Então se trata de entendermos o contexto do atual estágio do desenvolvimento e suas consequências para a produção e reprodução de injustiça para um vasto conjunto da sociedade, em particular, para nós, mulheres. E o contexto é de crises múltiplas: climática, alimentar, energética, financeira, social, política, enfim, **crise de projeto de sociedade.**

Embora elas sejam apresentadas como as causas dos problemas atuais, elas são na verdade, pontas diferentes de um mesmo e grande iceberg, consequências do nosso alinhamento com a modernidade, com o nosso des-envolvimento de nossa cultura, modos de produção, riquezas e povos (porque somos uma nação pluriétnica e multirracial), para assumir formas modernas de produção e consumo, garantindo o progresso da nação e o crescimento econômico.

Isso porque nos foi inculcido que éramos um país pobre, apesar de toda a nossa riqueza natural, todo saber acumulado pelas várias populações que aqui viviam. E que, para ficarmos de pé, deveríamos alcançar o mesmo padrão de vida dos países ricos desenvolvidos; portanto, precisaríamos crescer economicamente.

E assim o fizemos. Abdicamos de nossa economia para o autoconsumo em favor da economia de mercado com a industrialização, favorecendo de vez a privatização da riqueza e o mercado. E seguimos em frente, produzindo como se a natureza fosse ilimitada, como se as pessoas fossem peças da engrenagem, como se nós, mulheres, fôssemos objeto de usufruto, ignorando a maneira cíclica da natureza se recompor e a dimensão ética do trabalho como atividade que humaniza as pessoas e que deve realizar a todos(as) o acesso às riquezas.

Como vemos, o desenvolvimento que aqui se operou, num primeiro momento, foi o produtivista, baseado em esgotamento da natureza, desterritorialização de populações, superexploração da força de trabalho, crescimento econômico, concentração de propriedade (terra, comunicação, água, saberes), substituindo-se os conhecimentos tradicionais pela ciência e tecnologia.

Num segundo momento, o capitalismo pôs em operação a financeirização da economia, negociando, especulando, colocando preço inclusive naquilo que a natureza produz gratuitamente e que não é de ninguém individualmente, mas comum a todos(as) coletivamente, – sementes, ar, água... Em ambos os casos, beneficiando empresas transnacionais cujo único interesse é o de acumular riqueza e garantir a sustentabilidade de acumulação, aumentando o fosso entre ricos e pobres, precarizando ainda mais

a vida das mulheres, submetidas à dupla jornada de trabalho, já que ainda é sobre nós que recai a responsabilidade pelas tarefas domésticas e cuidados com a família.

Do lugar dos povos atingidos é o desrespeito aos ciclos naturais, a utilização ilimitada da natureza, a produção em série, a atualização da produção com a desatualização artificial dos produtos, seu rápido descarte e nenhum tratamento desse lixo, além da emissão de gases poluentes na atmosfera, que tem causado crises climáticas nesse contexto de produção. Para nós, mulheres, isso significa menos água limpa disponível, mais moradias de risco, mais deslocamentos forçados pela depredação da natureza e escassez de trabalho, mais trabalho informal, mais trabalho não remunerado e não compartilhado, menos proteção social e saúde, e mais injustiça socioambiental.

Por outro lado, a crise social se dá não somente pela expulsão das populações de seus territórios, mas por superexploração de mulheres e homens no trabalho formal, aumento da informalidade, na qual é atirada a maioria de nós, mulheres, ampliação da pobreza com o aumento da riqueza e pela ideia de que tudo – bem-estar, qualidade de vida, serviços, tudo – pode ser comprado.

A crise energética tem a ver com a insuficiência de energia para garantir o padrão de produção industrial e consumo próprio do modo de vida moderno. Já se perguntaram por que e para quem temos de produzir tanta energia? Certamente que não são os seres humanos, mas as máquinas das grandes empresas e corporações, que se alimentam de energia para manter o padrão de produção. O colapso energético e os apagões não acontecem por causa do consumo que

praticamos em nossas casas, ainda que o aumento na aquisição de produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, além do aumento da produção de lixo, tenha elevado o gasto de energia e contribuído para degradar o meio ambiente.

Já emissão de papéis, especulação de ações, ampliação dos juros, negociação com as dívidas de Estado e tantas outras operações financeiras sem a sua equivalência em termos de trabalho, produção e moeda real, criam um ambiente de especulação, instabilidade, aumento dos preços, flutuação da moeda e privatização, sendo a causa da crise financeira. E, como as grandes corporações, geralmente transnacionais, estão à frente dessas operações e são também as responsáveis pelo financiamento dos governos, instala-se aí a crise política, subordinando os interesses nacionais aos dos grandes conglomerados.

É quando as instituições públicas (governos, parlamento) realizam com competência os interesses dessas corporações, ignorando totalmente os direitos humanos da sociedade. Isso deixa na população um enorme rastro de desconfiança e insegurança, traduzido pela descrença na política, aumentando ainda mais a crise política e afastando principalmente nós, mulheres, dos espaços de poder.

É esse o atual estágio do desenvolvimento no Brasil. Neste momento, todos os esforços nacionais estão voltados para os empreendimentos definidos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que se traduzem em grandes obras para a construção de infraestrutura para o escoamento da produção (estradas, usinas de energia, portos etc.). É um desenvolvimento em que o governo opera transferindo montantes de recursos financeiros para empresas

de grande porte, inclusive estrangeiras, e no qual concede altos incentivos fiscais sem nenhum tipo de condicionalidade para que aquelas se instalem nos territórios de desenvolvimento.

O contraponto de tudo isso é o modo autoritário, racista e sexista com que tais políticas têm sido implementadas, sem o conhecimento e a participação da população, principalmente as diretamente atingidas, não por acaso, de maioria pobre, negra e feminina. Junto com o pacote do desenvolvimento, tais populações têm seus territórios expropriados e depredados, seus corpos sobre-explorados pelo trabalho e seus modos de vida e saberes deslegitimados, num movimento crescente de mercantilização de tudo.

Não há uma política de inserção de nós, mulheres, com dignidade, refletida na equidade de remuneração e igualdade de oportunidades. Nos inserimos,

mas, subordinadamente, nas vagas de menor status, menor salário, nos serviços tradicionalmente realizados pelas mulheres, nossos corpos muitas vezes complementando e enfeitando a paisagem e até sendo disponibilizados para os serviços sexuais nas áreas dos grandes empreendimentos.

A marcha da expansão econômica e a ideia de modernidade são tão poderosas que muitas(os) de nós não refletem direito sobre essa novidade, sobre o que está por trás do desenvolvimento e o tamanho de sua perversidade sobre nossos corpos, culturas e modos de viver. É que foram tantos os anos sem nenhum tipo de investimento em políticas públicas, tantas as dificuldades para conseguir emprego e tanto tempo de vida sem moradia digna e comida no prato que ficamos acuados(as) para dizer que queremos mais empregos, mais moradia, mais educação, saúde e segurança, mas sem ter de nos submeter

às exigências do desenvolvimento que nos impõem a expropriação de nossos direitos humanos.

Somos contra as políticas de desenvolvimento das quais não participamos e decidimos coletivamente. Somos contra as políticas que dificultam nossas vidas porque não nos garantem autonomia. Mas **temos direito a ter direitos** e queremos ser incluídas nas políticas de trabalho.

Para refletir e debater:

1. Onde e como são decididas as políticas de desenvolvimento que nos atingem?
2. Como os grandes empreendimentos têm impactado em nossas vidas? O impacto é igual para mulheres e homens? O que nós, mulheres, ganhamos e o que perdemos?
3. A televisão nos diz que vivemos num mundo de crises. Quais são essas crises? O que estamos fazendo para enfrentá-las?

Direitos e políticas públicas de trabalho

Todas as pessoas se constroem com desejos, sonhos, interesses, direitos, bem mais abrangentes que aqueles conseguidos a duras penas nas lutas de classes. Como diz a música, "a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte..." Pois bem, para existirmos como gente de verdade, precisamos dar sentido a uma palavrinha chamada dignidade. É ela que vai indicar que somos pessoas, mulheres e homens portadoras(es) do "direito a ter direitos", e não coisas, peças de engrenagem, mercadoria.

Nossa felicidade depende da satisfação de muitas necessidades, que são diferentes para mulheres e homens, mas que também têm uma relação direta com a vivência de um conjunto de direitos: segurança alimentar, saúde para todas as fases da vida, trabalho, educação de qualidade, comunicação democrática, liberdade de opinião, direito de ser escutada(o), liberdade de ir e vir, moradia digna, participação na cultura, condições de lazer, direito ao cuidado, ao afeto, ao usufruto da natureza e da riqueza produzida por todas(as), direito de decidir sobre nosso próprio corpo e nosso destino...

Mas como disse o mesmo poeta, "a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte..." Por isso, os estreitos limites dos direitos e o vasto campo das necessidades não dão conta de encher de sentido à nossa existência de ser humano.

Então queremos mais, precisamos de mais, temos direito a mais, e esse mais tem a ver com nossos desejos e o campo de poder que precisaria se abrir para nós. Trocando em miúdos: parte de nossos interesses não tem como ser realizada pelas políticas públicas. O Estado não pode, mesmo que queira, se espalhar sobre todos os cantos de nossas vidas. Portanto, nossa luta deve se fazer disputando os sentidos do Estado, mas disputando também os sentidos do que se constrói do seu lado de fora. Por isso, nossa luta também se realiza junto à sociedade, disputando suas visões, construindo outros valores que nos devolvam o lugar de sermos humanos(as) capazes de desejar, decidir e realizar.

Políticas públicas são o Estado em ação. São os meios por intermédio dos quais o Estado, geralmente por meio de seus governos, deve realizar os nossos direitos. Dizemos 'geralmente' porque algumas organizações privadas também executam políticas públicas e, lamentavelmente, fazem a gestão de nossos interesses sem levar em conta nossa vontade. É o caso da política de comunicação, que é executada por empresas privadas, como muitas redes de televisão, por meio de concessões públicas.

Lembremos, no entanto, que as políticas públicas são resultado de decisões políticas, indicam as prioridades do investimento dos governos. Logo, refletem seu projeto político e, por isso, não são neutras. Nós, mulheres, bem sabemos que muitas políticas públicas atuam para violar nossos direitos ao invés de garanti-los. Exemplo disso são as políticas que, em vez de tencionar o não compartilhamento do trabalho

doméstico pelos homens ou a própria responsabilização do Estado na sua execução, apenas reforçam o lugar de nós, mulheres, no cuidado com a família.

Para que as políticas públicas realmente tenham um impacto transformador em nossas vidas, é preciso que elas contribuam para a mudança da situação estrutural de desigualdade em que vivemos, promovendo justiça social e superação da desigualdade de gênero e raça. Para isso, é muito importante a nossa participação nas decisões sobre o que acontece em nossas vidas; bom planejamento das políticas, com base num diagnóstico real dos problemas a serem enfrentados; emprego do máximo de recursos disponíveis para a execução das ações e mecanismos efetivos de monitoramento e controle social, considerando, em todas essas, as dimensões de gênero, raça e classe.

Para refletir e debater:

1. Como e onde as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas? Você já participou de algum espaço de decisão sobre políticas públicas na sua cidade? Como isso se deu?
2. As políticas públicas são realizadas no seu bairro?
3. Quais ações ou serviços das políticas públicas trouxeram mudanças para sua vida?

O orçamento público em nossas vidas

Sabemos que, no contexto de desigualdade em que a sociedade brasileira vive, para que seja possível mudar o atual modelo de concentração de riqueza e efetivar os direitos humanos de todas as pessoas, é urgente que haja políticas públicas e orçamento que reconheçam e respondam a necessidades, interesses e prioridades diferentes de mulheres e homens, de pessoas negras e brancas. Isso quer dizer que é preciso utilizar ferramentas que reorientem o investimento público e que incorporem, pelo menos, a dimensão de gênero e raça como definidora do acesso e vivência dos direitos humanos.

Nós, mulheres, engajadas no feminismo, temos atuado por dentro das conferências, conselhos, orçamentos participativos etc., na tentativa de influenciar o orçamento público a refletir os nossos direitos e necessidades. Afinal, foi esse o caminho do planejamento público definido na Constituição Federal em 1988.

Entretanto, na prática, as diretrizes definidas em conferências não têm tido força para influenciar o desenho das políticas públicas e o seu processo de

orçamentação, prejudicando a vivência de nossos direitos, especialmente o exercício da participação... e o investimento público segue sendo decidido nos gabinetes dos governos.

Fiquemos atentas – **não existe política pública sem orçamento!** Ele é a própria concretização da ação planejada do Estado. É a lei na qual os governos dizem o que pretendem fazer com os recursos públicos, recursos que de direito são de todos(as) nós.

Sendo uma dimensão das políticas públicas, o orçamento indica a quem se dirige a ação pública e quais são suas prioridades, tornando-se imprescindível à realização daquelas e, cada vez mais, sendo um espaço de luta política, em que forças sociais atuam de diferentes formas para garantir que seus interesses sejam contemplados na lista dos investimentos públicos.

É por isso que as políticas públicas e o orçamento podem ou não ser instrumentos de promoção da igualdade entre as pessoas. E é por isso que precisamos redobrar nosso cuidado; do contrário, os recursos recolhidos de toda a sociedade acabam sendo apropriados apenas por um pequeno conjunto dela, e a maioria de nós, mulheres, ficará de fora.

Para refletir e debater:

1. De onde vem o dinheiro para financiar as políticas públicas?
2. O que queremos dizer quando afirmamos que o orçamento deve considerar nossa condição de gênero, classe e raça?
3. Quem está sendo financiado pelo Estado por meio das políticas públicas? Como fazer para que o investimento público reflita os interesses de nós, mulheres?

Políticas públicas de trabalho no contexto do desenvolvimento

Para garantir o atual estágio de desenvolvimento e manter o padrão de acumulação do capitalismo, um conjunto de políticas tem sido articulado. Lembremos que o Estado, na sua origem, foi criado para administrar os interesses das elites, não por acaso também branca e masculina. Nós, as pessoas que vivem do trabalho e não fazem parte dessa elite, é que temos tensionado esse Estado ao longo da história para se transformar num instrumento de satisfação dos direitos de todas as pessoas, e não apenas de uma parte delas. Mas não tem sido tarefa fácil e nem sempre bem sucedida.

No monitoramento das políticas públicas, percebemos que o Estado vai se construindo ora avançando no reconhecimento e garantia dos nossos direitos humanos, ora conservando e reproduzindo as desigualdades de classe, de raça e de gênero, constituindo-se muito mais como instrumento de manutenção de injustiça social. É por isso que seguimos disputando os seus sentidos.

Assim, partindo da situação brasileira, que se mantém como uma das nações mais desiguais do mundo,

encontramos um conjunto de políticas públicas que incidem sobre a natureza e sobre o trabalho realizado por mulheres e homens, na sua perspectiva formal e informal, mas que têm uma relação de insuficiência e por vezes até de conflito com o caráter integral que as ações do Estado devem ter, logo, impactando de maneira diferente nas vidas de diferentes pessoas.

O nosso diálogo aqui se fará com as várias ações do Estado que impactam na relação com o trabalho, tudo junto e misturado, como acontece também nas nossas vidas. Começaremos pelas políticas de enfrentamento à pobreza, que têm sido realizadas por meio dos programas Bolsa Família, Brasil Sem Miséria e, mais recentemente, Brasil Carinhoso. Trata-se de ações que transferem uma renda mínima às famílias pobres, desde que essas cumpram um conjunto de exigências chamadas de condicionalidades

– cumprimento de frequência escolar, atualização das vacinas, realização de pré-natal etc.

A novidade nessas ações é que a transferência dos recursos é feita preferencialmente às mulheres, o que se de um lado promove maior autonomia e poder, porque elas passam a definir a utilização desse benefício no interior de suas famílias, de outro as sobrecarrega, porque continua responsabilizando-as pela gestão da pobreza. Além disso, ao determinar que elas cumpram tarefas que reforçam o lugar tradicional de mães e cuidadoras, essas políticas não contribuem para a desnaturalização da divisão sexual do trabalho, que atua em prejuízo de nós, mulheres.

Em que pese essas políticas contribuírem para a diminuição da miséria entre as famílias de baixa renda, elas não têm o poder de construir sociedades com capacidade de gerir as

condições de sua própria reprodução material, muito menos de viabilizar autonomia às mulheres, porque junto a elas não há medidas que enfrentem o problema do enriquecimento de uma pequena parcela da população, o racismo e a divisão sexual do trabalho.

Outro campo importante das políticas de trabalho para nós, mulheres, é o que tem sido chamado de políticas de conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo e que nós chamamos de **políticas para enfrentar a dupla jornada** de trabalho das mulheres. Trata-se das ações que o Estado deve realizar para enfrentar o tensionamento da relação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico, para liberar o tempo das mulheres das tarefas de cuidado. Estas continuam sendo executadas quase que exclusivamente por nós, mulheres, nos impedindo de investir no mundo do trabalho produtivo e na política em igualdade de condição com

os homens. São os serviços de creches, pré-escolas, escolas em tempo integral, restaurantes comunitários ou a preços populares, lavanderias coletivas, dentre outros que, com muita dificuldade, entram na intenção das políticas, mas se mantêm como demandas deficitárias porque menos importantes no conjunto das políticas de trabalho.

No que se refere às políticas de proteção social para quem trabalha, temos a Previdência Social, por meio da qual são garantidos a trabalhadores e trabalhadoras direitos a aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão, auxílio reclusão, dentre outros. Embora a Previdência Social tenha sido criada como um sistema público e solidário entre as gerações, ou seja, os trabalhadores(as) de hoje contribuem para garantir a aposentadoria das gerações que não podem mais trabalhar, a exceção de trabalhadoras rurais/camponesas, só tem acesso a ela quem efetivamente contribui.

O regime geral da Previdência Social prevê que as mulheres trabalhadoras podem se aposentar integralmente a partir dos 60 anos, desde que tenham contribuído durante 35 anos de trabalho. Há um diferencial de cinco anos a menos com relação aos trabalhadores homens, critério que devemos continuar exigindo diante de nossa condição diferenciada, já que começamos a trabalhar muito cedo e terminamos muito tarde, tendo em vista recair sobre nós, quase que exclusivamente, o peso da dupla jornada de trabalho (a acumulação do trabalho remunerado com as tarefas domésticas e cuidados com a família).

As camponesas, extrativistas, pescadoras artesanais e trabalhadoras rurais estão sujeitas ao regime especial da Previdência que permite a aposentadoria com 55 anos, desde que comprovadas atividade rural e contribuição por meio da comercialização de seus produtos.

Mais recentemente há o sistema especial para inclusão de trabalhadores(as) informais e a chamada aposentadoria das donas de casa. O primeiro caso se refere aos microempreendedores(as) individuais, que podem contribuir com 5% do salário mínimo mais R\$ 5,00 de ISS (imposto sobre serviço) e R\$ 1,00 de ICMS (imposto sobre circulação de mercadoria) num prazo de 15 anos de contribuição, o que viabiliza para esses(as) o direito à aposentadoria por idade, invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão e auxílio-reclusão.

O segundo caso diz respeito à aposentadoria para as mulheres de baixa renda que estão integralmente ocupadas com o trabalho doméstico no interior de seus lares. Ela torna-se possível mediante a contribuição de 5% do salário mínimo à Previdência durante 15 anos. Num olhar crítico, não podemos negar a importância dessa medida no reconhecimento da importância de

remunerar o trabalho doméstico não remunerado desenvolvido por nós, mulheres. No entanto, também não podemos esconder que é uma medida insuficiente, porque a exigência de 15 anos de contribuição adia em muito a aposentadoria daquelas com mais de 50 anos, que representa grande parte das mulheres que estão na condição de 'donas de casa'.

Portanto, o caráter contributivo do sistema continua mantendo de fora a maioria das pessoas que trabalham desprotegidas, sem carteira assinada, e que não podem contribuir, como o grande percentual de nós, mulheres, que está no trabalho doméstico ou na informalidade. Isso revela que a **Previdência também reflete as desigualdades que nos atingem no mercado.** Por isso, o não reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, os baixos rendimentos do trabalho feminino, a grande

informalidade, a suspeita que se abate sobre a condição de trabalhadora das agricultoras, pescadoras, extrativistas, e o não reconhecimento como doença dos problemas na saúde enfrentados por essas trabalhadoras e pelas domésticas, dentre outras situações.

Há também as políticas de qualificação profissional para as mulheres e geração de renda para inclusão no mercado de trabalho. Trata-se de ações que combinam formação, assistência técnica, acesso a crédito e reserva de vagas no mercado de trabalho.

São iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – inclusão produtiva do Brasil sem Miséria –, Programa Mulheres Mil e Trabalho Doméstico Cidadão (TDC), que incluem as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e Brasil Sem Miséria em cursos profissionalizantes de diferentes áreas

de trabalho (gastronomia, artesanato, confecção, turismo etc.), em capacitação continuada nas áreas de construção civil e comércio, e na qualificação das trabalhadoras domésticas para o trabalho remunerado.

Já o programa Mulheres Construindo a Autonomia na Construção Civil possibilita assistência técnica, acesso a crédito e apoio a associativismo, empreendedorismo e cooperativismo, garantindo reserva de vagas nas obras do PAC. O problema é que nem sempre a relação entre qualificação, oferta de vagas e projetos de desenvolvimento favorece a inclusão das mulheres. Nos grandes empreendimentos, tem sido recorrente a recusa da contratação de mulheres, mesmo elas estando qualificadas e/ou tendo sido usuárias dessas políticas, o que demonstra a força da divisão sexual do trabalho sustentando as ações de desenvolvimento.

Para o meio rural foram criadas políticas que visam enfrentar a situação de extrema pobreza na qual está a maioria das mulheres. Trata-se de ações relacionadas ao acesso aos meios de produção, ou seja, terra, crédito e apoio à agricultura familiar, dentre os quais podemos destacar:

- Política Nacional de Reforma Agrária, que prevê a titulação conjunta da terra;
- Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater);
- Programa de Organização Produtiva, que apoia a produção e comercialização das mulheres para promover a sua autonomia econômica;
- Mutirões itinerantes para emissão gratuita de documentos e acesso aos direitos previdenciários;
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com reserva do percentual de 5% das compras governamentais para produtos de cooperativas femininas;

- Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), financiamento para a produção das mulheres com baixas taxas de juros;
- Programa Nacional de Crédito Fundiário, que financia a aquisição de imóveis rurais, preparação do solo para produção, assistência técnica e outras necessidades, para garantir autonomia das mulheres e suas famílias;
- Crédito Apoio Mulher, oferecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para promover a participação econômica das mulheres nos assentamentos de reforma agrária;
- Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que oferece apoio financeiro para o fortalecimento de redes de grupos produtivos de mulheres; e
- Territórios da Cidadania, que reúne 135 ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais. Foi criado em 2008 para

promover o desenvolvimento econômico e sustentável, e universalizar programas básicos de cidadania no meio rural.

Essas são iniciativas bem intencionadas, principalmente porque voltadas para um território carente de políticas e para uma população que enfrenta muitas deficiências. Talvez justamente por esses déficits, somado à ausência de uma perspectiva de gênero, classe e raça, é que essas ações não conseguem realizar no tempo certo os direitos de nós, mulheres, nos territórios onde se instalam. É que as barreiras a serem enfrentadas por nós para acessar essas políticas são tantas que elas acabam por não impactar na melhoria de nossa condição de vida.

Estamos falando da enorme burocracia que condiciona a concessão de créditos às mulheres, pela exigência bancária de garantia para os financiamentos,

quando a maioria das mulheres não é titular de imóveis ou das terras sobre as quais pretende produzir; a dificuldade de comprovar a condição de trabalhadora rural ou de ver reconhecido um problema como doença decorrente do trabalho; a não realização da reforma agrária e o baixo financiamento da agricultura familiar e camponesa em comparação ao alto investimento no agronegócio e na expropriação dos territórios comuns, dentre outras situações. Por isso, em muitos desses programas o número das mulheres que conseguem ser beneficiadas é muito pequeno.

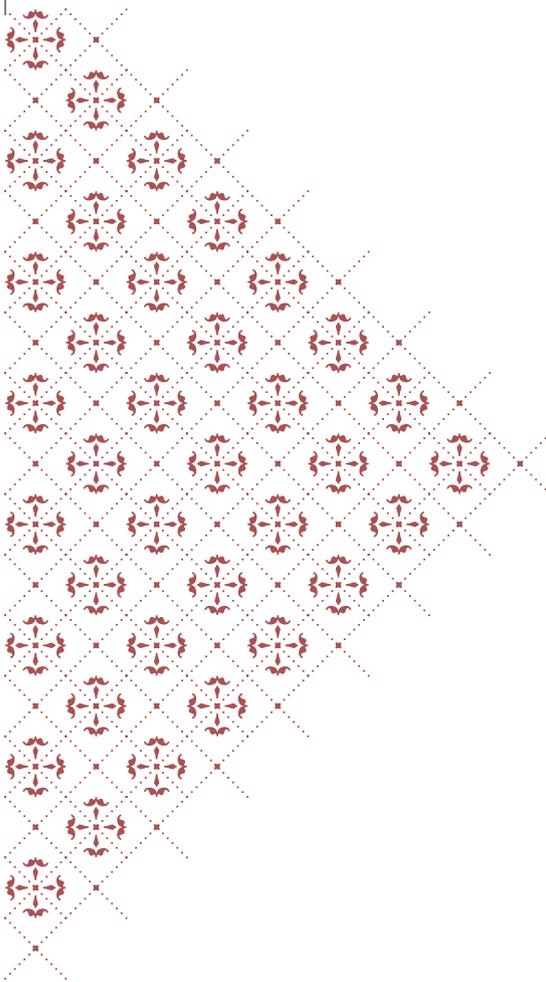
Outra ação importante são as políticas públicas para a economia solidária, por intermédio das quais se apoia atividades empreendedoras, cooperadas e autogestionadas baseadas em arranjos produtivos locais. Trata-se do Programa Brasil Local, que estimula a organização de empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores(as),

facilitando o acesso a capacitação, crédito comunitário, equipamentos, formalização e escoamento da produção.

É, como o próprio nome informa, uma espécie de outra economia, baseada em trocas, relações horizontais e autonomia das unidades produtivas, atividades há muito tempo realizadas pelas populações excluídas do mercado formal de acumulação. Propõe outra forma de produção, consumo e distribuição da riqueza centrada no ser humano e não no capital. Modo de organizar a economia bastante experimentado por nós, mulheres, mas que, lamentavelmente, nunca teve o incentivo necessário para exercitar todo seu potencial, só se tornando alvo da ação do Estado bem recentemente, mas ainda de maneira bastante deficitária.

Para refletir e debater

1. Na sua cidade, quais são as políticas de trabalho que existem e a quais você tem acesso?
2. Quais as políticas públicas de trabalho que nós, mulheres, mais necessitamos e não são realizadas?
3. Como fazer para que o Estado assuma a dupla jornada realizada pelas mulheres como um problema social e efetive políticas públicas para enfrentar esse problema?



3. Corpo, sujeito e trabalho

Nossos corpos somos nós mesmas

Na perspectiva do feminismo, nosso corpo é nosso primeiro território, no qual habita nosso ser. E somos nosso corpo, não existindo um eu separado dele, uma mente a comandar o corpo, reduzido a um instrumento. Somos percepção e consciência, emoção e racionalidade, sensibilidade e razão, imaginação e memória. Somos uma força viva, sensível e pensante.

Nossa experiência no mundo é vivida em um corpo que somos. **Corpo é o território do ser.** Nós somos um corpo que sente, pensa, sofre, goza, resiste e luta. Somos um ser encarnado. Meu corpo não é uma coisa diferente e estranha a mim. Nosso corpo não é algo fora de nós. Nosso corpo somos nós mesmas. Com nosso corpo nos tornamos realidade para nós e para o mundo que nos enxerga. Nosso corpo é uma situação: estamos situados no mundo, nas relações, frente ao outro, em um corpo. Em nosso corpo existimos, em cada um de seus movimentos somos alguém. Nosso corpo é, portanto, nosso primeiro território, território do nosso ser, da nossa subjetividade.

O trabalho é uma forma de nos relacionarmos com o mundo, com a realidade, e só podemos fazer isso em um corpo que projeta, que molda, que cria, que fala, sente, cuida, produz, depende força, energia e criatividade. Nossa subjetividade está no que fazemos, em como nos relacionamos, no que criamos. E trabalhando, remunerada ou não remuneradamente, também construímos nosso ser ou somos tolhidas nessa construção.

Quando não estamos satisfeitas no trabalho, muitas vezes adoecemos; dores subjetivas que se expressam muitas vezes em nosso corpo sob forma de dor física; o trabalho penoso, repetitivo nos aniquila em nossa capacidade criadora e fere nossa subjetividade. Quando nosso trabalho não nos realiza e não nos permite expressar nosso ser, sofremos; muita gente adoece por causa do trabalho, da sobrecarga, das pressões.

Os sistemas de dominação capitalista, patriarcal e racista produziram formas próprias de controle sobre os nossos corpos para capturar nossa capacidade de trabalho e, mais que isso, definir um modo de ser.

O capitalismo, desde o trabalho industrial, desenvolveu formas de ampliar os seus lucros pela **exploração máxima da força de trabalho** que reside nos corpos de trabalhadores e trabalhadoras. Primeiro na época da revolução industrial, levando ao limite o uso da capacidade física em longas jornadas de trabalho. Depois, no começo do século XX, desenvolveu métodos “racionalis” de disciplinamento do corpo de trabalhadores e trabalhadoras na produção e na reprodução.

Na produção, por meio de técnicas de aumento da produtividade, como a linha de produção fordista e de racionalização dos movimentos, no início do século XX.

Na linha de produção, fazemos movimentos rápidos, no ritmo da máquina, e deixamos de pensar e sentir o que estamos criando e a nós mesmas. Nos alienamos do que nosso trabalho produz porque não usufruímos do seu resultado e, às vezes, nem percebemos o que ele produz, e nos alienamos de nós.

Na reprodução, atuando por meio de políticas públicas como o controle de natalidade e a higienização. Para isso, o Estado regulou o corpo das mulheres, sua reprodução e sua sexualidade. Mais recentemente, no final do século XX e nos dias de hoje, apelou também a influenciar a subjetividade de quem trabalha remuneradamente, por meio de técnicas de motivação, controle recíproco, agenciamento de lideranças etc.

A dominação de brancos sobre negros também se baseou em uma ideologia que associou determinadas características inscritas nos corpos a uma

condição de inferioridade intelectual: a ideologia racista. **A raça é uma ideia com consequências bastante reais.** O racismo é um sistema de dominação no qual as pessoas negras são reduzidas a um corpo sem ser, intelectual e moralmente inferior. Essa ideologia alimentou os processos de escravização da população negra e a dominação colonial de uns povos sobre outros. Ainda hoje é base do racismo e alimenta práticas de discriminação sobre a população negra, como a violação sexual das mulheres negras, a depreciação dos atributos físicos das pessoas negras frente a um modelo europeu do belo como o que é branco e várias outras situações que ferem o corpo e o ser.

Sobre nós, mulheres, a situação é parecida com o que aconteceu com a população negra. Nossa condição social subordinada foi justificada durante séculos por determinados atributos

biológicos. Mas, conosco, essa história de dominação é muito mais antiga. No pensamento patriarcal de todos os tempos, fomos reduzidas a um corpo biológico e reprodutor; fomos tratadas como biologicamente determinadas e intelectualmente inferiores, além de moralmente incapazes. Nosso corpo foi regulado e controlado pelo Estado, violado pelos homens, manipulado pela ciência e explorado pelo mercado. O controle do corpo foi, e é, uma forma de tentar definir nosso ser, nosso lugar no mundo e nossa existência social.

A subordinação das mulheres foi justificada por atributos biológicos no pensamento patriarcal em vários campos, da filosofia à medicina. Nosso saber sobre nosso corpo, que nos permitia inclusive ter mais autonomia, que vinha de um saber oriundo da experiência e transmitido entre as mulheres, foi condenado, perseguido, destituído de verdade. Essa visão

tornou-se mais forte no Ocidente na Idade Média, com toda a condenação da sexualidade e do corpo feminino como origens desse mal. Com isso, perdemos autonomia e ficamos dependentes da ciência, da religião, do poder médico.

Nossa experiência no mundo do trabalho, remunerado e não remunerado, nos coloca toda a realidade de uma **existência corporificada**. Desde a infância somos disciplinadas para realizar o trabalho doméstico. Há gestos de cuidados que até parecem naturalmente nossos, mas que, na verdade, aprendemos desde a infância e ao longo da vida. Desenvolvemos uma percepção diferenciada em relação ao cuidado, a percepção do que se passa ao redor, pela necessidade de fazer muitas coisas ao mesmo tempo.

Essa longa jornada de trabalho, durante os dias e durante a vida, gera cansaço, falta de energia, de disposição – tudo

isso sentimos e vivemos em nosso corpo. Mas vivemos o prazer que esse ato de cuidar proporciona e que poderia gerar ainda mais se fosse compartilhado. Por exemplo, se nosso corpo também fosse cuidado, por nós e por aqueles(as) de quem cuidamos.

No trabalho remunerado empregamos grande parte de nossa energia e criatividade. Para muitas, as precárias condições de trabalho geram cansaço, dores, sensação de inadequação e adoecimento causados por movimentos repetitivos, falta de equipamento adequado etc. Ainda hoje, muitos equipamentos ainda são moldados para o corpo masculino e não há equipamentos e condições asseguradas para as mulheres realizarem aquele trabalho. É uma situação vivida por mulheres que trabalham em áreas tradicionalmente masculinas, como o setor elétrico, a construção civil, dentre outras. As especificidades de

um corpo de mulher são muitas vezes negadas ou utilizadas para discriminar as trabalhadoras, como no caso das necessidades geradas pela gravidez ou pela menstruação.

Em muitas empresas, as trabalhadoras são submetidas a uma forte disciplina para gerar mais produtividade, o que causa muitos danos ao corpo e à subjetividade. É o caso, por exemplo, das mulheres empregadas nos serviços de teleatendimento (os chamados call centers). **A exploração do trabalho é sempre uma exploração do corpo,** de sua capacidade física e criativa. As longas jornadas são também realidade para grande maioria de nós e, junto a situações de tensão, geram também diversas formas de problemas de saúde, mesmo quando temos boas condições de trabalho.

Enfrentamos a discriminação para ter acesso a postos de trabalho que

exigem “boa aparência”, que significa ser branca, magra, enquadrada no padrão hegemônico, patriarcal, racista e burguês de beleza. O assédio sexual permanece como uma das práticas de violência e violação do nosso corpo no ambiente de trabalho.

Todas essas situações, e tantas outras, vivemos no nosso corpo. O trabalho penoso nos adocece. O trabalho criativo nos satisfaz e realiza. Por isso, em nossos processos de formação e luta por outro mundo do trabalho e por justiça socioambiental, não podemos deixar nosso corpo para trás.

O corpo e a subjetividade sempre foram questões relevantes para a formação e a ação política feminista. Com a insígnia “nosso corpo, nós mesmas”, diversos grupos feministas nos anos 1960 convocaram as mulheres a resgatar o conhecimento sobre seu corpo como estratégia de construção

de autonomia e autodeterminação. Essa afirmação tem ainda grande valor entre nós, pois a dominação sobre nosso corpo, por meio do controle e da violação, da exploração e da dominação, persiste e é forte.

No mundo do trabalho, a experiência da exploração e a alienação do corpo são realidades muito fortes entre nós, mulheres. No atual modelo de desenvolvimento, contra o qual resistimos, nosso corpo é tomado como parte dos territórios sobre os quais o capital avança, sendo ele mesmo tomado como um território para a exploração. É o que ocorre, por exemplo, nas situações de exploração sexual de mulheres quando chegam os grandes projetos de desenvolvimento nas localidades.

Contra tudo isso, em nossa luta política, afirmamos que nosso corpo é nosso primeiro território, onde nossa vida

habita. Dessa forma, reafirmamos que nosso corpo somos nós mesmas, isto é, “afirmamos que nesse território da vida que é o corpo é que nossos sentimentos, nossas ideias, nossa inteligência, nosso desejo, nossa dor, nosso prazer acontecem”. Reivindicamos a autonomia sobre nossa experiência e resistimos a todas as formas de opressão e controle que, ao serem feitas sobre nosso corpo, interferem em nós, nossas existências e projetos de vida, no que somos e no que podemos ser, individual e coletivamente.

A dimensão da corporeidade é um elemento importante na metodologia de organização, formação e ação política no feminismo. É elemento da nossa afirmação – e luta – para sermos sujeitos por inteiro. O pensamento cartesiano, forte no Ocidente, disseminou a ideia de uma separação entre mente e corpo. Essa dicotomia, que tanto tem servido à dominação sobre grupos

sociais, povos e a própria natureza, é forte entre nós. Muitas vezes agimos como se fossemos apenas uma mente, lidando com as situações e até mesmo com nossa reflexão, com base apenas na racionalidade. Perdemos energia e reduzimos nossa percepção do mundo e de nós mesmas. Tendemos a analisar o trabalho economicamente e deixamos de lado nossa experiência vivida. Experiência que vivemos em um corpo. Fazemos uma reflexão desencarnada, quase que como fora de nós.

Juntar essas duas dimensões significa nos apropriarmos do nosso primeiro território, nosso corpo, para sermos soberanas em nós mesmas e em nossas vidas. Significa resgatar as possibilidades de sermos por inteiro e assim atuarmos no mundo. Para nós, mulheres, tomar consciência do corpo significou resgatar o conhecimento e a autonomia sobre nosso primeiro território, onde, em cada movimento,

expressamos quem somos. E, em cada movimento, individual e coletivo, afirmamos e reivindicamos o que queremos ser, como queremos viver; lutamos por um trabalho que nos realize por inteiro, pelo qual possamos expressar e criar a nós mesmas e manter ou reinventar nossos modos de vida. Essa abordagem nos desafia em nossa prática política e pedagógica. O desafio é reinventar formas próprias de agir que nos considerem e mobilizem por inteiro; que nos permitam, a nós e às outras, múltiplas possibilidades de expressão, conhecimento, fruição e mobilização; que, ao expressar o desejo de libertar, liberte.

Para refletir e debater:

1. Como você sente o seu corpo em relação ao trabalho? O que esse sentimento te leva a pensar?
2. Nós, mulheres, trabalhamos demais e temos direitos de menos. Que resultados isso dá no nosso corpo?
3. Nos nossos grupos e movimentos, como lidamos com a corporeidade na formação e na ação política?

Um jeito feminista de fazer formação

Ao participar de um processo organizativo e de mobilização social, as pessoas aprendem a analisar criticamente a realidade, a formular propostas, a negociar com os poderes constituídos, além de realizar atividades práticas para viabilizar seus objetivos, como redigir, pintar faixas, baixar documentos da internet, dar entrevistas, ligar aparelhagens de som, criar blogs etc. Os movimentos possuem uma força pedagógica em si. Nesses processos, as pessoas se formam, tanto no sentido positivo – de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades, consolidar valores –, como no sentido negativo – aprendem os vícios de análise e de postura que predominam nos processos políticos dos movimentos dos quais participam, que nem sempre são tão bons.

É frequente encontrarmos ações educativas com mulheres que são atividades bastante participativas, mas fechadas em um assunto específico, sem a perspectiva de formação política para ação coletiva como movimento social, ou seja, com pouca análise crítica sobre os problemas, sem discussão sobre a conjuntura e o contexto, e, muitas vezes, sem

subsídios para organização das lutas. Também temos atividades educativas esporádicas e vinculadas a um objetivo do momento, como a preparação para participar em um seminário ou congresso, ou a capacitação técnica que é exigida por um novo projeto de geração de renda, para desenvolvimento de uma habilidade específica etc.

Essa forma de conduzir as atividades educativas, embora seja importante individualmente para as mulheres que participam, não consolida um processo que ajude a fortalecer a organização dos movimentos de mulheres e do feminismo, a construir um projeto político próprio a partir da reflexão sobre si mesmo, a elaborar e atuar sobre os problemas coletivos e gerais das mulheres. Exemplo dessa situação é que, apesar da forte denúncia sobre a dupla jornada de trabalho e de muitas críticas à situação econômica das mulheres, poucas são as lutas realizadas

pelos movimentos de mulheres por políticas públicas que contribuam com o enfrentamento desses problemas.

A construção dos processos educativos que alimentam nossas lutas tem como fonte de inspiração a pedagogia feminista e a educação popular, que também está presente em outros movimentos sociais. Na nossa compreensão, o objetivo dessas experiências no movimento feminista deve ser **contribuir para formar mulheres como sujeitos políticos**, individuais e coletivos, com autonomia, capacidade crítica e criatividade, com responsabilidade pela transformação do mundo, mas também com o seu próprio projeto de vida.

Entendemos que essa transformação ocorre no cotidiano de nossas vidas, nas nossas organizações e nas conquistas de direitos, ou seja, que não está

predeterminado como será e quando será o processo de transformação. Acreditamos que a **transformação é um devir histórico**, no qual podem ocorrer processos de transição e/ou de grandes saltos, que irão se constituindo no curso da história e não podem ser previstos. E apostamos, com toda a convicção, que faz parte dessa transformação os movimentos de mulheres serem plenamente reconhecidos como sujeitos políticos, as mulheres conquistarem o direito à luta por igualdade de direitos e a serem vistas não como complemento dos homens e/ou dos outros movimentos, mas como seres autônomos, e se sentirem assim.

Acreditamos que a experiência é fonte de conhecimento e que as pessoas têm percepções diferenciadas das experiências, as quais precisam ser socializadas, daí a importância de nos empenharmos em garantir um processo participativo no espaço pedagógico, no

qual todas que desejarem possam se expressar. Acreditamos que "ninguém educa ninguém, os seres humanos se educam em conjunto" – daí a importância de valorizar os saberes existentes no grupo, construir uma ambiência favorável ao debate fraterno, tolerante, com argumentos e sem a pretensão de ter e/ou passar a verdade sobre as coisas.

Ao reunir as mulheres em ações educativas, acreditamos que as participantes desse espaço pedagógico são pessoas inteiras, ou seja, com corpo e mente, razão e emoção, pessoas integrais, e que o ato de educar-se não pode prescindir dessa composição e nem torná-la uma dualidade em conflito (corpo x mente). A própria memória é um exemplo disso: fica retido com a gente aquilo que nos impressiona e emociona, que ganha significado em nossas vidas, mesmo se a gente não sabe exatamente por que.

Na pedagogia feminista, entendemos que a corporeidade é parte do processo educativo, senão por tudo isso, pelo menos porque precisamos ter mobilidade física e tempo para sentir, ou seja, não queremos fazer atividades educativas que trabalhem apenas no plano da racionalidade. O nosso jeito de fazer é com dinâmicas mobilizadoras que nos permitam sentir, pensar e agir, que façam com que fiquemos concentradas no assunto, mas também ligadas no grupo e em nós mesmas, buscando uma conexão profunda com nossa vivência naquele momento, ou pelo menos, que nos permitam acordar o corpo para entrar inteiras na vivência proposta pela atividade. É também com exercícios e técnicas pedagógicas que facilitamos a participação e também a elaboração individual e grupal sobre os temas trabalhados. Utilizamos ainda exposições e estudos de textos, quando temos algo sistematizado que avaliamos seja necessário passar para

o grupo, para alavancar o processo de reflexão.

Quando fazemos alguma atividade educativa, tentamos cuidar do processo e do grupo o tempo todo, mas acreditamos que o grupo também deve cuidar de si mesmo, cada pessoa deve cuidar do seu processo, e nos cuidarmos umas às outras. Buscamos desenvolver o cuidado com o cansaço, com o tempo, com a participação, como nosso corpo, nossa alimentação, nossa integração, com a aprendizagem, com os sentimentos, com a forma de nos colocarmos no debate. Devemos ter em mente que estamos construindo juntas um espaço educativo, no qual nos formamos coletivamente, por isso devemos buscar contribuir para que o processo seja de crescimento pessoal e que contribua politicamente para impulsionar o fortalecimento do movimento feminista.

Dicas para planejar atividade educativa

Para organizarmos no nosso grupo ou movimento uma atividade educativa que contribua para impulsionar as lutas pelos direitos das mulheres no campo do trabalho, precisamos pensar juntas sobre algumas questões: por que queremos realizar essa atividade? Para que ela servirá? Com quem e/ou para quem a faremos? Sobre que assuntos discutiremos?, entre outras coisas mais.

1. **Por que** – refletir sobre por que o grupo ou movimento quer fazer uma atividade ou processo educativo nesse momento. Que lugar vai ocupar no processo de organização ou de luta desse movimento?

2. **Para que** – elaborar que objetivos o processo ou atividade deve atingir, ou seja, para que vamos fazer isso? Que resultado isso vai dar?

3. **Com quem** – para atingir o objetivo, quem deve estar participando da atividade? Esse perfil de público garante que a atividade impulse a luta ou a organização do movimento? Então vamos convidar essas pessoas.

4. **Quando** – que tempo o grupo ou movimento dispõe para realizar o processo/atividade educativo? É possível dar conta desse objetivo com esse grupo de participantes nesse tempo? Então vamos marcar a data.

5. **Sobre o quê** – o lugar que queremos que essa atividade ocupe no nosso processo de organização do movimento ou nas nossas lutas, ou em uma luta específica, exige que ela trabalhe que temas? E em qual perspectiva cada tema deve ser trabalhado? Com que assuntos em cada tema?

6. **Como** – a atividade será desenvolvida de que maneira? Como vamos proceder

para impulsionar a reflexão coletiva sobre cada tema? Como cuidaremos da integração do grupo? Como faremos para propiciar vivências integradoras da pessoa inteira, corpo e mente, com o processo educativo?

Ao final dessa reflexão, temos como produto o **plano pedagógico**, ou seja, o desenho geral da atividade ou do processo educativo, com a organização de cada momento: objetivos, público, data, conteúdo, metodologia e técnicas pedagógicas, recursos pedagógicos necessários etc. Mas temos de garantir a viabilização da atividade de formação.

7. Plano de viabilização

- Recursos: quanto é necessário e como será garantido?
- Divulgação: como será feita e quem fará?
- Passo a passo: tarefas necessárias para realizar a atividade.

Organizando as lutas feministas

Os movimentos de mulheres estão na luta pelos direitos do trabalho. As pescadoras se articulam em defesa do território e do direito de manter a pesca artesanal. As camponesas exigem reforma agrária, enfrentam o agronegócio e seus aliados na indústria química e preservam as sementes nativas. Aquelas que têm empregos formais demandam melhores salários e condições dignas de trabalho. As catadoras de material reciclável organizam-se em cooperativas. As trabalhadoras domésticas lutam pela equiparação de direitos com as outras categorias. Enfim, nós, dos movimentos de mulheres, estamos todas na luta pela aposentadoria universal, pelo reconhecimento do trabalho doméstico, por políticas públicas que enfrentem a dupla jornada, por empregos e salários, e também alguns movimentos têm se mantido firmes no enfrentamento dos projetos de desenvolvimento que provocam injustiças sociais e ambientais.

As lutas no campo do trabalho e do desenvolvimento foram historicamente vistas como sendo dos movimentos sindicais, mas os movimentos de mulheres vêm assumindo essas lutas como suas. Assim como

nas outras frentes de luta, **precisamos estar organizadas no plano das ideias e no plano das atividades.** Ou seja, precisamos saber explicar e defender nossos pontos de vista e propostas, de forma bem elaborada no pensamento e nos argumentos, para sermos bem compreendidas pelas outras mulheres, pelas pessoas que formam opinião pública, pela sociedade e pelos governos. E precisamos realizar atividades variadas e bem organizadas para ganhar credibilidade e visibilidade pública, e ter força suficiente para produzir as mudanças que almejamos.

Somos bem organizadas quando temos grupos de mulheres e movimentos fortalecidos. É preciso grande união entre os grupos de mulheres e no movimento como um todo em torno do objetivo que se quer alcançar, e também articulação e alianças das mulheres com outros setores dos movimentos sociais. É necessário demonstrar que o movimento é maior do

que cada um dos grupos e que tem força de pressão, ou seja, tem bons argumentos e capacidade de mobilizar muita gente.

A ação coletiva, justo por ser coletiva, deve ser planejada, para que todas que nela se engajem possam atuar sob uma mesma orientação política geral, democraticamente construída. Dessa forma, além de construir e apontar as possibilidades de ação frente a uma problemática, podemos garantir processos coletivos de tomada de consciência dos problemas e de tomada de decisões.

Planejar nos movimentos sociais é mais que fazer coisas organizadamente: é abrir a possibilidade de fazer coisas democraticamente discutidas, refletidas e acordadas.

Para organizar a ação coletiva no movimento de mulheres em defesa do trabalho e das condições de vida, começamos por produzir conhecimento sobre a realidade das mulheres, ou seja,

para atuar precisamos conhecer essa realidade. É preciso ouvir as mulheres, colher suas histórias e experiências, reconhecer seus pontos de vista e debater muito para formular conclusões sobre as problemáticas principais que afetam suas vidas em cada contexto.

Passa-se então a construir o problema, ou seja, aprofundar a discussão sobre uma questão em particular. O nosso objetivo é transformar uma questão vista como particular das mulheres de um lugar em um problema público, a ser assumido e enfrentado pela sociedade e pelo Estado. Para isso é preciso relacionar as análises feitas no debate com as mulheres com o que já foi elaborado antes sobre o problema em pauta: o que dizem outros movimentos? O que dizem estudos e pesquisas? O que pensa o feminismo sobre essa problemática? O que os governos dizem e fazem sobre isso? São questões que temos de colocar em debate com os grupos envolvidos. Somente

quando construímos um problema com toda sua complexidade é que podemos dizer que conhecemos o suficiente, embora não tudo, desse problema. A partir daí podemos coletivamente fazer uma projeção de qual processo de mudança é necessário e possível.

É importante considerar que o problema ocorre a partir da ação de vários sujeitos; portanto, não tem uma única causa e origem. Podemos aprofundar a análise considerando como as desigualdades de gênero, a exploração de classe e o racismo estruturam esse problema. E, além disso, considerar o contexto no qual o problema se insere, ou seja, o espaço-tempo determinado pelas relações sociais que configuram o problema em pauta, naquele lugar e naquele momento.

Essa análise nos permite situar o tamanho e natureza das mudanças que desejamos e construir uma proposta de futuro desejável, que possa motivar a luta que

estamos construindo. **O processo de mudança necessário é a base a partir da qual fazemos a organização das ações.** É preciso, entretanto, fazer antes uma análise da conjuntura. Nesse tipo de análise, vamos identificando os sujeitos políticos que estão em relação com aquele problema; identificamos o campo político aliado, no qual devemos atuar construindo potenciais acordos; construímos uma visão nítida dos inimigos e adversários, pois sempre há os que não querem mudanças e aqueles que se beneficiam com a situação. Há também aqueles que são indiferentes e se beneficiam mais ou menos, mas não se posicionarão espontaneamente, nem contra nem a favor, mas são muito importantes para serem neutralizados na oposição ou para serem atraídos para nossa causa. A análise de conjuntura permite que a gente avalie como estão as forças dos diferentes sujeitos políticos envolvidos na manutenção ou transformação da situação relativa ao problema.

Com base nessa análise da conjuntura, pode-se partir para articulação de alianças e para estabelecer alguma relação estratégica com os setores indiferentes e adversários. Será preciso planejar, já a partir das alianças, ações que possam ser relevantes, como uma mobilização em torno de um fato, demonstrando a força viva do movimento. A demonstração da força do movimento pode ser também de forma difusa, por meio da geração de opinião em outros sujeitos políticos. Muitas vezes, em especial quando o problema pode se resolver pela via das políticas públicas, será preciso planejar momentos de reivindicar, negociar, enfrentar o debate, propor, articular, convencer, incidir sobre os rumos de uma decisão política frente ao problema em questão, seja com incidência sobre o Poder Legislativo ou sobre o Executivo.

Mas, às vezes, queremos enfrentar o problema dialogando com a sociedade, ganhando corações e mentes para

a nossa causa. É necessário atenção para as possibilidades de gerar novas contradições na sociedade, ou seja, revelar e desvelar a natureza contraditória dos problemas, decorrentes das relações sociais de exploração e dominação, desnaturalizando o que parece ser natural e imutável. Isso faz com que novas pessoas e setores sociais aprofundem a análise crítica sobre a realidade que estamos discutindo. Se queremos ganhar adesões, isto tem de ser feito de forma a cativar aliados(as).

É muito importante, em qualquer processo de luta, que o movimento pense politicamente sobre como comunicar a sua causa. A isso chamamos comunicação política. Não se trata apenas de estar bem treinada para falar na mídia de forma aceitável pelo veículo. É necessário ter argumentos firmes, construídos coletivamente, para veicular a posição do movimento em circunstâncias adversas.

Um processo de luta exige também

formas e meios de comunicação

próprios. O movimento não pode confiar plenamente que sua mensagem seja repassada pelos meios de comunicação hegemônicos. A luta feminista é contra a ordem e a sua comunicação política própria é uma forma de democratizar a sociedade, de dar voz a quem está nas margens, construindo a resistência a esse sistema de poder.

Por fim, lembramos que, no planejamento da ação coletiva, é preciso sempre estar atenta para os momentos de checar se o movimento atingiu resultados em torno de conquistas de direitos, frente a que circunstâncias, se ampliou o seu poder e, ainda, se fortaleceu o campo político de alianças. Esse é o momento de avaliarmos coletivamente as nossas ações.

Resumimos estes elementos apresentados em 14 dicas para organização da ação coletiva nos movimentos de mulheres.

Dicas para planejar as lutas

- 1. Deliberação política** – decidir o problema que deve ser enfrentado nessa conjuntura;
- 2. Entender o problema** – o que é, como se expressa, o que causa o problema, que consequências ele traz para as mulheres, para a população negra e para o conjunto das pessoas;
- 3. Planejar o processo de luta**, mas manter a abertura para mudanças nos momentos oportunos quando da realização do plano;
- 4. Mapear os sujeitos e construir alianças** em torno da questão e de elementos do processo planejado, com participação ampla de interessados(as), com respeito às diferenças de modo de pensar e de agir, e buscando gerar consensos mínimos que possibilitem a unidade, articulando os diferentes interesses dos sujeitos envolvidos;
- 5. Realizar encontros do movimento** e/ou em conjunto com aliados para fundamentar a análise do problema, elaborar as propostas de superação e planejar como construir mobilização social em torno do enfrentamento do problema;
- 6. Organizar e formar** diversos e diferentes grupos de apoio ao enfrentamento do problema. Esses grupos ou comissões (finanças, divulgação, mobilização etc.) podem assumir partes importantes do processo de luta. É importante também que sejam realizadas **atividades de formação** política sobre o processo de luta em questão – se isso não ocorre, as participantes viram ‘tarefeiras’ e não ganham capacidade de tomar decisões sobre os rumos do processo;
- 7. Favorecer a circulação ampla de informações** e a articulação política entre os diferentes grupos que realizam lutas locais ou parciais, ou entre as diferentes

comissões, de forma a dar organicidade e ampliar o poder do movimento;

8. Trabalhar a dimensão de comunicação política das lutas, formulando os melhores argumentos e encontrando as melhores formas de comunicar aos outros a nossa visão sobre a problemática, as nossas reivindicações e propostas;

9. Realizar pequenas lutas com mobilizações, locais ou parciais, que demonstrem a quem está participando do processo as possibilidades de vitória sobre alguns aspectos do problema;

10. Lidar com as alianças de forma refletida, definida coletiva e reservadamente no movimento, considerando as peculiaridades e interesses em questão. Decidir coletivamente, com os movimentos aliados, as formas de lutas, as estratégias frente aos indiferentes e aos adversários, e cumprir as decisões;

11. Explorar diversas possibilidades estratégicas para aumentar o poder do movimento: apoios qualificadores, ação de comunicação, articulação e/ou pressão sobre o Executivo, articulação e/ou pressão sobre Legislativo, ação direta, mobilizações com assinaturas, passeatas, ocupações etc.;

12. Não abandonar quem esmorecer no meio do processo, manter a circulação de informações e a mobilização direcionada aos diferentes tipos de participantes;

13. Manter a ideia de movimentação social como processo sistemático, percebendo a diferença entre momentos organizativos (reuniões de decisão, encontros amplos, preparação...); momentos de pique (manifestações, passeatas, ação direta...); e momentos nos quais a mobilização se esvai e restam apenas algumas pessoas que avaliam, refletem e seguem mantendo a organização viva; e

14. Em alguns momentos de um processo de luta é necessário concentrar esforços em **refletir sobre o caminho percorrido**, sistematizar o processo, aprofundar o conhecimento sobre o problema, analisar política e teoricamente o movimento que estamos realizando, para podermos aprender com as nossas próprias experiências e alimentar com isso a construção do movimento feminista.

Estética e ação coletiva feminista

A ação coletiva feminista, em geral, tem características muito próprias que a distinguem de outros movimentos sociais. O feminismo é um movimento amplo que comporta diferentes tipos de organizações e também a participação individual das mulheres. Ele se mobiliza a partir da ideia de pertencimento e ação que sejam capazes de articular a dimensão de sujeitos individuais e coletivos como sujeitos políticos. Daí ser fundamental que a sua presença pública possibilite a expressão dos diferentes grupos e pessoas que o compõem.

No movimento feminista do qual participamos, nos encontramos com mulheres negras, indígenas, brancas, de distintas regiões do país, lésbicas, urbanas e rurais, mais jovens e mais idosas, profissionais, desempregadas, mães, que professam diferentes credos religiosos... Enfim, mulheres muito diversas e muitas vezes enfrentando situações de desigualdades entre elas próprias. A expressão dessa diversidade está presente nas nossas manifestações públicas, seja a partir da presença física, seja pela exposição de suas causas.

O movimento comporta também divergências políticas, às vezes de posição sobre uma dada conjuntura, às vezes de prioridade para uma determinada luta. Nas manifestações coletivas, isso vem à tona por meio das bandeiras, faixas, cartazes, palavras, músicas... Na nossa compreensão, essas diferenças somam forças dentro do movimento, em especial quando não colidem, ou seja, não são contrárias umas às outras, e quando conseguem conviver de forma tranquila e respeitosa, ainda que com a firmeza necessária própria de quem quer se afirmar.

As manifestações públicas às vezes reúnem uma grande quantidade de mulheres e às vezes apenas um pequeno grupo. Quando somos um pequeno grupo, em geral procuramos realizar uma 'ação direta' capaz de chamar atenção do grande público e/ou dos meios de comunicação. Com isso, tentamos informar outras mulheres

sobre o problema que estamos enfrentando e mobilizar seu apoio efetivo, ganhar solidariedade de outros movimentos sociais e da sociedade em geral, e pressionar o governo ou o parlamento para o atendimento de nossas reivindicações.

Em ambos os tipos de manifestação, **é preciso organização e muita criatividade.** Para o feminismo, a criatividade política é uma dimensão central. Não podemos nos expressar como um sujeito político coletivo, organizado em torno dos princípios feministas nos apresentando publicamente como um ser amorfo, com um modelo único de vestimenta e de bandeiras, ou seja, fardadas com uma camiseta e empunhando uma bandeira padronizada.

A nossa concepção de liberdade nos convida a manifestações públicas com cores e formas diferentes, com produção

de adereços de mãos pelos grupos que participam, utilizando nosso próprio corpo como um corpo político, capaz de manifestar nossos desejos e nossa revolta. Os nossos gritos nas ruas não são palavras de ordem, não podem ser, pois somos contra a ordem patriarcal, capitalista e racista que se impõe sobre nós. Nossos gritos são palavras de desordem. As nossas músicas e os nossos gestos são formulados a partir de nossas causas, daquilo que precisamos dizer para o mundo. Todos esses elementos são ricos de sentido político, mas também têm sentido estético. O nosso desejo é possibilitar para nós e para os outros momentos de fruição do belo que existe nas nossas vidas. Mesmo quando denunciemos, o fazemos com o anúncio de outras possibilidades para viver bem.

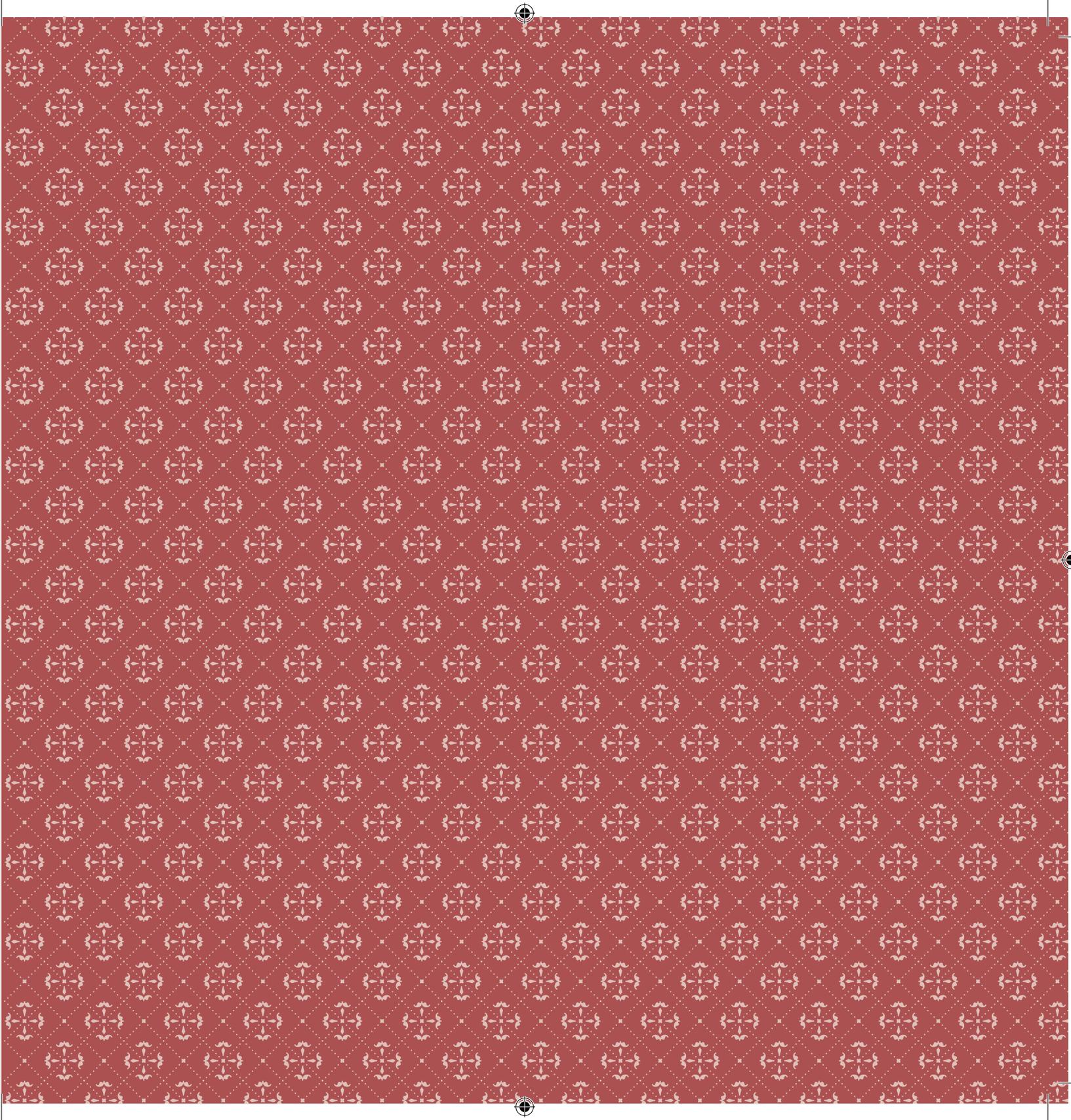
A expressão de nossa luta pretende ser uma **evocação do mundo que queremos para viver**. Um mundo de muitas cores, muitas formas e

muitas vozes. Vozes capazes de se fazer ouvir e também abertas ao novo e à compreensão do outro. Mas tudo isso exige organização. Uma passeata nas ruas, uma campanha na internet, uma ação direta – nada disso ocorre de forma espontânea e esporádica. Essas ações são organizadas, têm objetivos muito precisos e se encaixam em processos de luta.

A depender da conjuntura e do problema que estamos enfrentando, muitas vezes precisamos nos cercar de garantias e cuidados para realizar uma manifestação de rua ou mesmo uma mobilização pela internet, mas isso é um desafio a mais para a criatividade. Não queremos nos colocar em risco e nem posar de heroínas – o que nós queremos é mostrar a beleza da nossa ação coletiva, a clareza de nossas ideias, a convicção de nossas posições políticas, ao mesmo tempo que questionamos o modo tradicional de pensar e agir, com formas irreverentes e ousadas de manifestação.

Para refletir e debater:

1. Como avaliamos a beleza e a capacidade de emocionar a nós e aos outros os presentes nas manifestações públicas dos movimentos feministas?
2. O que essa perspectiva estética de movimentação diz, ou não diz, sobre os princípios e valores feministas?
3. Quais os desafios do movimento feminista para construir novas formas de manifestação pública de suas ideias?



❖ Ideias para ajudar a pensar ❖

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. As novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

“A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).(...) Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço.” **Helena Hirata & Danièle Kergoat**

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In Revista Educação e Sociedade. Campinas-SP, vol. 25, n. 87, maio/agosto de 2004.

“Compreender, portanto, a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção (...) A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este

ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada. Que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho. E apresentar essa processualidade multiforme é muito diferente, como vimos, do que afirmar o fim do trabalho ou até mesmo o fim da classe trabalhadora.” **Ricardo Antunes & Giovanni Alves**

WOOLF, Virgínia (1915-1941). Um Teto Todo Seu, 2ª.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004.

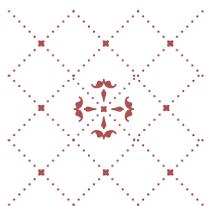
“Sem nosso trabalho, esses mares não seriam navegados e aquelas terras férteis seriam um deserto. Geramos e alimentamos e lavamos e instruímos, talvez até os seis ou sete anos de idade, o bilhão seiscentos e vinte e três milhões de seres humanos que, segundo as estatísticas, existem atualmente, e isso, mesmo admitindo que algumas de nós tenhamos tido ajuda, leva tempo.” **Virgínia Woolf**

. Mulher e natureza: dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. In: Arantes, R. e Guedes, V. (orgs). Mulheres, trabalho e justiça socioambiental. Recife, SOS Corpo, 2010.

“Os sistemas capitalista e patriarcal não são exatamente dois sistemas separados, eles coexistem. (...) Em relação à natureza, uma concepção fundante destes dois sistemas de poder é a da natureza como algo a ser dominado. E essa é uma dimensão que está imbricada, e que, justamente, é parte da coextensividade entre capitalismo e patriarcado.” **Maria Betania Ávila**

XAVIER, Lucia. O movimento de mulheres negras e a construção de novas concepções para a transformação social. In: Cadernos de Crítica Feminista, ano V. n. 3, dez 2011. Recife, SOS Corpo, 2011.

“O racismo impede o exercício pleno da cidadania e o acesso aos bens e serviços de nossa sociedade; expropria a população negra dos seus conhecimentos e culturas; produz exclusão, baixa participação política e, sobretudo, dificulta a reivindicação dos seus direitos. Esse processo está intrinsecamente ligado à distribuição das riquezas e do poder, produzindo privilégios para diversos setores de nossa sociedade.” **Lucia Xavier**



⌘ { Sobre as autoras } ⌘

Carmen Silvia Maria da Silva integra a equipe do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, é doutoranda em Sociologia na UFPE - Universidade Federal de Pernambuco e participa da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras.

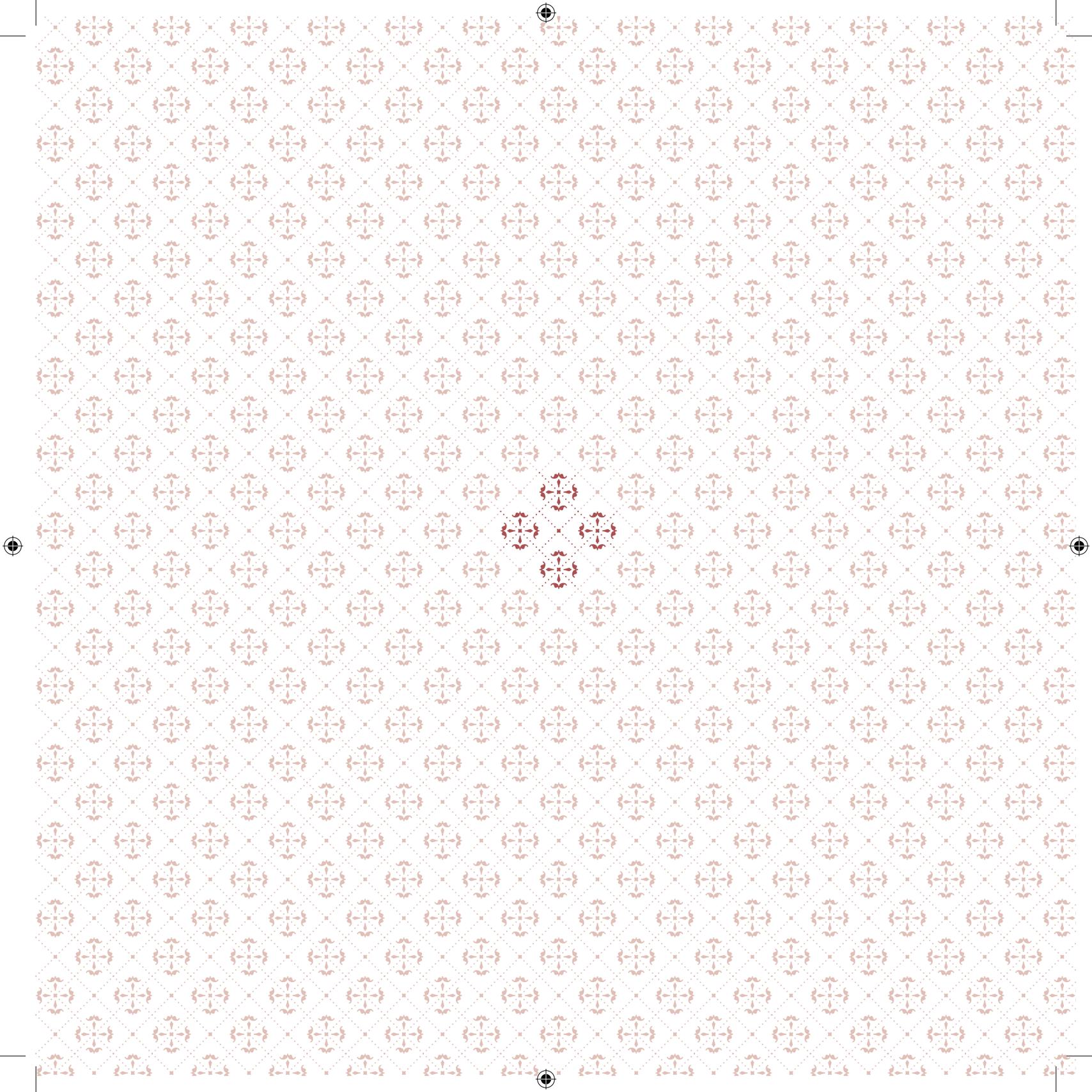
Rivane Fabiana de Melo Arantes, formada em Direito, com especialização em Direitos Humanos, é educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e integrante do CLADEM Brasil - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos direitos das mulheres.

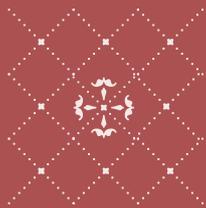
Verônica Ferreira, pesquisadora e educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. É Assistente Social, mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É ativista da AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras.

⌘ { Sobre o SOS Corpo } ⌘

O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, no nordeste do Brasil. Propõe-se a contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social e ambiental. A ação do SOS Corpo tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como

movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Para o SOS Corpo, a luta contra as desigualdades econômicas, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.





No projeto gráfico deste livro foram utilizadas as fontes: Filosofia, de Zuzana Licko para Emigre e Myriad Pro desenvolvida para Adobe. O papel da capa é o Supremo DuoDesign 270 g/m² e no miolo Offset 90 g/m². Impressão e encadernação ficou a cargo da Gráfica Provisual no inverno de 2013.